

**Editora Moraes
Percurso entre 1958 e 1974**

Inês Acheqa Leitão

**Trabalho de Projecto
Mestrado Edição de Texto**

Setembro 2011

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto realizado sob a orientação científica de João Luís Lisboa.

Editora Moraes

Percurso entre 1958 e 1974

Inês Acheга Leitão

Resumo

Uma editora insere-se no seu tempo histórico. A editora Moraes foi fundada por um grupo de católicos socialmente empenhados. Neste trabalho de projecto apresentam-se os objectivos do grupo, seja através de testemunhos deixados por vários dos seus membros, seja através do catálogo da editora. Procura-se reflectir sobre a evolução do grupo e das suas edições, apontando pistas para uma investigação ulterior.

Abstract

A publisher is part of their time in history. The publisher Moraes was founded by a group of socially committed Catholics. In this work-project the group's goals are presented, either through testimony left by several of its members or through the catalog of publications. This work seeks to reflect on the evolution of the group and its issues, pointing out clues to further research.

Palavras-chave

Editora — Portugal — Moraes — Catolicismo — Estado Novo — António Alçada Baptista — João Bénard da Costa — católicos progressistas

Keywords

Publishing house — Portugal — Moraes — Catholicism — New State — António Alçada Baptista — João Bénard da Costa — progressive Catholics

Índice

Introdução	1
Antecedentes e contexto históricos	6
Testemunhos	13
Testemunho de António Alçada Baptista	18
Problemas financeiros	21
Testemunho de João Bénard da Costa	22
Apresentação do catálogo da editora (1958-1974)	27
Testemunhos sobre as colecções e as publicações periódicas	34
Círculo do Humanismo Cristão	34
Círculo de Poesia	36
Revista O Tempo e o Modo	37
Revista Concilium	40
Censura na revista	40
Conclusão: O que falta saber sobre a editora Moraes	43
Referências Bibliográficas	47
Anexos	i
Anexo 1: Capa do catálogo de Março de 1974	ii
Anexo 2: Capa de O Personalismo, de Emmanuel Mounier	iii
Anexo 3: Capa de Catolicismo de Vanguarda	iv
Anexo 4: Capa de Disparates do Mundo	v
Anexo 5: Capa de A Temperatura: Guia da Mulher	vi
Anexo 6: Capa de Introdução ao Pensamento de Teilhard de Chardin	vii
Anexo 7: Capa de Sodoma: Ensaio sobre a Homossexualidade	viii
Anexo 8: Capa de Pensamentos, de Pascal	ix
Anexo 9: Fac-simile de informação da Direcção dos Serviços de Censura	x

Lista de Abreviaturas

- AAB: António Alçada Baptista
- JBC: João Bénard da Costa
- AV: Tamen, Teresa (coord.), *A Aventura da Moraes*, Centro Nacional da Cultura 2006
- NVC: Costa, João Bénard da, *Nós, Os Vencidos do Catolicismo*, Tenacitas, Coimbra 2003
- HP: Rosas, Fernando, *O Estado Novo — Sétimo Volume*, História de Portugal (coordenação de José Mattoso), Editorial Estampa Baptista, António Alçada, *A Pesca à Linha*, Lisboa, Presença 1998
- A Livraria Morais Editora será referida no texto como «editora Moraes». Ao longo dos anos a sua designação oficial foi-se alterando. Assim foi designada de Livraria Morais Editora, Moraes Editores ou Livraria Moraes Editores.
- A base de dados do catálogo disponível no anexo X foi realizada a partir do catálogo da editora Moraes e dos exemplares disponíveis no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal. Quando não há dados disponíveis, é indicado com a abreviatura ND (não disponível).

Introdução

Uma editora é fundada com o objectivo de editar e publicar livros. A motivação que leva a essa fundação é variada. Actualmente a quantidade de títulos publicados é vertiginosa (em 2009, foram registados 17.015 títulos no depósito legal, segundo o site PORDATA). Há mais autores, mais editoras, mais leitores. São editados livros que atraem públicos-alvo distintos, desde crianças a adolescentes até às faixas etárias mais avançadas. Há mais publicidade, na Internet, com *banners* e *book trailers*. Nas livrarias os géneros literários misturam-se. Nas montras os livros vão rodando mais rapidamente. Todas as semanas há mais novidades. Há tendências e acontecimentos que são rapidamente identificados e expostos e explicados em livros. Há feiras do livro em todo o mundo. Os autores mais vendidos e prestigiantes viajam por toda a parte como estrelas, em promoção dos seus livros. Publica-se mais, há mais cadeias de livrarias, mais leitores e uma maior facilidade de acesso a diversos conteúdos, isto é, os leitores, através da Internet, podem obter conteúdos que não estejam disponíveis na sua área ou país.

O negócio do livro alterou-se de forma radical, mudando a forma como são encarados os livros. Não são um bem identificado com as classes mais abastadas ou mais cultas. Não é um luxo específico de certas camadas sociais. Tornou-se um bem de consumo ao nível da indústria dos filmes, é um bem de consumo encarado como tal e comercializado como tal. Em Portugal, perdeu-se o hábito de criar colecções de livros de bolso, habitualmente mais baratas. O leitor quer um livro «com peso». No início do século XXI, outras questões e problemas são colocados à indústria do livro, nomeadamente a utilização da Internet e o livro digital. São questões de fundo, porque alteram os hábitos de leitura, a forma de consumo e a forma de fazer lucro das editoras. Um dos problemas mais prementes é a falta de controlo do fluxo de descarregamentos ilegais. Se considerarmos por exemplo a indústria musical, esta tem alternativas para combater estes descarregamentos e manter o lucro que advém do seu negócio através de *merchandising* e concerto promocionais, por exemplo. Como pode a indústria do livro fintar a possibilidade cada vez mais comum

que os leitores têm de aceder gratuitamente às obras literárias? Como lucrar significativamente com a venda de livros digitais? A era digital traz por exemplo a possibilidade de um autor escolher promover e vender os seus próprios livros, sem uma editora a apoiá-lo. Que papel pode desempenhar uma editora quando um autor escolhe vender directamente a sua obra?

O livro deixou de estar ligado à procura de conhecimento. Tornou-se um objecto democratizado. Há para todos os gostos. No início do século XX, deixou de ser um objecto exclusivo das classes sociais mais letradas, fonte romântica de conhecimento e de expressão individual, espelho de tensões sociais e políticas, reflexo e plataforma de lançamento de ideias e ideais contemporâneos. No século XX, o livro dispersou-se. Tornou-se um objecto mais acessível e mais comum. A evolução tecnológica afectou profundamente o mundo do livro, democratizando-o cada vez mais. No século XIX e XX, a evolução tecnológica (como por exemplo a máquina a carvão, as montagens em linha, a mecanização do processo de fabrico do livro) permitiu embaratecer o custo de produção de um livro e produzir mais exemplares. Ao longo do século XX, o processo de fabrico foi-se tornando cada vez mais eficiente e produtivo. No alvor do século XXI, é a própria materialidade do livro que está posta em causa.

O que pode levar a outra questão: porque se publicam livros? Existem inúmeros motivos: lucro, empreendedorismo pessoal, idealismo pensado como um serviço ao público leitor ou mesmo dedicação a uma causa, por amor ao género literário e aos livros. O catálogo de uma editora reflecte a motivação dos seus editores.

«Editar e vender livros tinha mais que ver com a minha relação com o mundo e, juntamente com um livreiro amigo e dois amigos meus, resolvemos comprá-la [livraria Moraes].»¹

Esta afirmação de António Alçada Baptista esclarece em parte a motivação fundadora da Livraria Moraes Editora. Antes de mais era um projecto iniciado entre amigos, uma ideia partilhada por jovens. A editora Moraes foi fundada para

¹ Baptista, António Alçada, *A Pesca à Linha* (PL), Lisboa, Presença 1998

esclarecer, para «alargar vistas». Em Portugal de 1958, Alçada Baptista comprou uma livraria, não para revolucionar, mas para reformar, isto é, para trazer o outro ponto de vista. Vindo de uma família de classe média, Alçada Baptista formou-se em direito, mas rapidamente deixou esse ofício. O contacto inicial com a livraria Moraes deve-se ao facto de esta ser dedicada a livros jurídicos. Um olhar rápido pelo catálogo permite compreender rapidamente a sua linha editorial. A editora não publicava nem de acordo com tendências populares e nem só conforme o gosto literário dos seus organizadores. Os livros editados eram refrescantes no sentido em que apresentavam autores ainda não publicados em Portugal (a colecção de prosa ficcional e de poesia são disso exemplo) e temas que poderiam ser considerados «desviantes», isto é, questões que ainda não eram focadas habitualmente na sociedade portuguesa. Embora de início tenham sido erradamente conotados com o comunismo (como muitas vezes não-conformistas o eram na época), os editores e colaboradores da editora Moraes foram capazes de oferecer ao público leitor (as suas tiragens rondavam os 3 mil exemplares) «novos horizontes», oferecendo aos leitores com frequência títulos com abordagens raras em Portugal. Temas como a situação das mulheres, o casamento, as relações sexuais, o aborto, o comunismo e outros sistemas políticos, religião e Deus, eram recorrentes nas suas publicações. A editora levou mais longe as suas intenções e objectivos quando iniciou a publicação regular da revista *O Tempo e o Modo*, onde apareciam artigos traduzidos de autores contemporâneos e artigos relativos ao tema de cada nova publicação, assim como textos inéditos de autores portugueses. Os temas escolhidos e explorados põem em causa a normalização de vários conceitos e ideias estabelecidas pela sociedade portuguesa na época (anos 60). No fundo, o objectivo era fazer oposição que não fosse somente política, mas que permitisse a formação intelectual dos seus leitores.

António Alçada Baptista descreveu a experiência desta editora inserindo-a na evolução da sociedade portuguesa durante o Estado Novo. A história e o fracasso da editora são o espelho ou consequência de um período em que a maioria da sociedade portuguesa se submeteu às regras de estado ditatorial, permitindo pouca liberdade. A epígrafe do catálogo (de 1969) é um bom resumo do objectivo da editora: «A Livraria Moraes Editora encara a sua programação editorial como o

instrumento de uma *planificada* acção cultural no mundo da língua portuguesa. Por essa razão, as colecções apresentadas não são um mero conjunto de títulos que os acasos do êxito ou gosto dos organizadores legitimamente fizessem editar. Eles integram-se no quadro geral de uma concepção progressiva da História e da Pessoa Humana definidos, através dos seus valores culturais, numa opção declarada pelo estudo, pela informação, pesquisa e atenção crítica a todas as formas de alienação religiosa, política, cultural ou social do homem de hoje.» --A. A. Baptista

Este trabalho reflecte o papel da editora Moraes desde a sua fundação em 1958 até 1974, ano em que se dá a revolução do 25 de Abril que marca o fim do Estado Novo. O período escolhido reflecte as características que definiram a identidade da editora: comprometida social e literariamente e procurando apresentar uma linha alternativa de oposição. Através da apresentação do seu catálogo e da recolha dos testemunhos disponíveis, é possível traçar um retrato do breve percurso da editora. O aparecimento da editora é indissociável do período em que surgiu e é fundamental compreender que tipo de acontecimentos permitiu ou motivou a formação de uma empresa dedicada à publicação deste catálogo.

Os testemunhos pesquisados e apresentados neste texto são uma forma mais pessoal de contextualizar a época da editora. Os membros da editora são intervenientes na sociedade e o seu trabalho na editora é ao mesmo tempo um reflexo e uma consequência disso. A bibliografia consultada contém testemunhos que oferecem o ponto de vista muito específico do grupo de pessoas que definiu a editora Moraes e, numa escala mais larga, o grupo que se veio a definir como católicos progressistas. Um dos mais importantes contributos desta editora foi o de ter apresentado em Portugal uma forma de ser católico sem precisar de estar alinhado com o governo salazarista. Este grupo veio oferecer um modo de fazer oposição que se caracterizava inicialmente por defender um catolicismo empenhado na justiça social e política. Os testemunhos apresentados definem o ponto de vista de alguns dos seus membros, com destaque para António Alçada Baptista e João Bénard da Costa.

O catálogo da editora aqui apresentado também permite definir precisamente a sua linha editorial. Inicialmente caracterizado por a divulgação de

autores católicos (teólogos e clericais) considerados de vanguarda, o catálogo caracteriza-se pela variedade dos temas, pela presença maioritária de autores de língua francesa e portuguesa e pela escolha dos temas que poderiam ser socialmente reprovados.

O papel da editora Moraes é apresentado como o resultado do balanço entre o catálogo divulgado e as posições públicas de alguns dos seus membros. O conjunto de todas as circunstâncias deixa transparecer a evolução da editora e as mudanças que se foram operando nas ideologias políticas e sociais dos seus membros, mudanças essas que eram efeito da evolução da sociedade portuguesa, de uma cada vez maior demanda por uma abertura económica e política, e que resultaram numa alteração de foco do seu próprio catálogo. O texto reflecte o conjunto desses testemunhos disponíveis e o modo como o catálogo reflecte os pontos de vista expressos pelos antigos membros que trabalharam na editora.

Antecedentes e contexto ideológicos

A editora Moraes inicia a publicação de livros em 1958, ano simbólico na vida política portuguesa, com a candidatura de Humberto Delgado a Presidente da República. Como se caracterizava a oposição política e social em Portugal? Apesar de nunca ter assumido directamente uma oposição política enquanto empresa ou instituição (os seus membros, como AAB ou JBC, assumiam compromissos públicos mas individualmente, nunca em nome da editora) ao governo português contemporâneo, a editora Moraes demarcou-se com um catálogo em que apareciam algumas traduções arriscadas, bem como a publicação de autores portugueses reconhecidamente desalinados com o Estado português (por exemplo, Jorge de Sena que estava exilado no Brasil). Um breve retrato da oposição em Portugal, bem como de uma série de acontecimentos que marcaram a sociedade portuguesa, permite compreender que os membros da editora Moraes, com especial destaque para João Bénard da Costa e António Alçada Baptista, estavam conscientes das mudanças que se operavam na sociedade portuguesa.

No final dos anos 50 do século XX, o Estado Novo conhece algumas atribuições que aos poucos vão tornando a sociedade mais consciente do clima político em que se encontra, isto é, embora a ditadura permaneça em Portugal até 1974, nem sempre foi um regime estável sem vestígios de contestação. Apesar de existir um mecanismo de censura activo e uma polícia política, existiam movimentos anti-regime. Além do Partido Comunista Português, existiam indivíduos que se mostravam descontentes com o regime político de Salazar e demonstravam-no de formas distintas. Humberto Delgado tornou-se um dos mais casos mais populares de afrontamento ao governo português, concorrendo nas eleições presidenciais contra o candidato favorito do governo, Américo Tomás.

Nos anos 50, verifica-se em Portugal inícios de tentativas de mudança no regime de António Salazar. Marcello Caetano, ministro da presidência (desde 1955), defende uma «evolução na continuidade», pequenas reformas que vão mudando o regime político e social, como mais tarde viria a tentar implementar quando se

tornou Presidente do Conselho, substituindo António Salazar². Mesmo defendendo um Estado forte sem democracia parlamentar, Caetano e os seus seguidores são apelidados como «a esquerda do regime»³. Um dos pontos que defendia era, por exemplo, a abolição da censura prévia das publicações, substituindo-a por um sistema de punições para aquilo que se considerasse «abusos». Outro ponto em que Marcello Caetano destoava do governo era na política ultramarina, primeiro defendendo uma via negocial face às manifestações na Índia e, mais tarde em 1962, defendendo a constituição de Portugal como um regime Federal, relativamente às colónias⁴.

A oposição não-comunista estava maioritariamente concentrada no Directório Democrato-Social, que integrava António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes⁵. O Directório era apologista das «democracias do tipo ocidental» e anti-comunista. Este partido servia de agregador da oposição não-comunista. O discurso de António Sérgio atrai igualmente monárquicos e outros desalinados (Rolão Preto, ex-nacional-sindicalista), bem como elementos nos meios católicos. Francisco Lino Neto e António Alçada Baptista apoiam em 1958 a candidatura de Humberto Delgado. Aquilo que viria mais tarde a ser conhecido como o «catolicismo progressista» começa a germinar ligado ao Directório Democrato-Social⁶.

As associações juvenis católicas organizam vários congressos: em 1955, o II Congresso da Juventude Operária Católica, em 1957 a Semana de Estudos Rurais Portugueses, em 1957 a Juventude Universitária Católica (da qual fazem parte futuros membros da editora Moraes, como João Bénard da Costa e Pedro Tamen) participa activamente nas manifestações contra o Decreto n.º 40900.

O Partido Comunista Português atravessa durante os anos 50 um período de transição. Durante os anos 40 foi a principal fonte de oposição, concentrada como

² HP, p. 505

³ HP, p. 506

⁴ HP, p. 507

⁵ HP, p. 518

⁶ HP, p. 521

uma frente «anti-fascista»⁷. Em 1949, seguem-se uma série de prisões de membros do Partido Comunista, incluindo o seu líder, Álvaro Cunhal (que permaneceria preso até 1960). Em 1957, por altura do V Congresso do PCP, apresenta uma nova linha de orientação, afirmando a importância de alinhar numa frente comum todos os que estão contra o governo de Salazar, reconhecendo também que o essencial é derrubar o Estado Novo e encontrar uma «solução pacífica para o problema português»⁸. É a partir também deste congresso que o Partido Comunista Português defende abertamente o direito de independência das colónias portuguesas. A tentativa de toda a oposição (pelo menos dos grandes partidos) apresentar um candidato único às eleições de 1958 falha, pois o Directório Democrato-Social recusa-se a apresentar-se em conjunto com o PCP. «As eleições de 1958 marcam verdadeiramente o princípio do fim do salazarismo e do próprio regime»⁹.

A União Nacional, partido do governo, apresenta como candidato o almirante Américo Tomás. O Partido Comunista Português apresenta como candidato o advogado Arlindo Vicente, que reunia simpatizantes no próprio Partido e até com alguns republicanos mais moderados. O Directório prefere um candidato que venha de dentro do regime e não da oposição. Henrique Galvão sugere a António Sérgio o nome de Humberto Delgado, general com 52 anos¹⁰, que já fora chefe de missão da NATO entre 1952 e 1957, além de ter sido adido em Washington. Humberto Delgado tinha entrado em ruptura com o regime após a sua estadia nos Estados Unidos. Embora se apresente como candidato independente, fá-lo com o apoio público das figuras da oposição não-comunista. Mesmo a área socialista que não apresentou qualquer candidato, vai lentamente apoiando Delgado.

Humberto Delgado acaba por perder as eleições e António Salazar organiza mesmo uma revisão constitucional em que «na qual se suprime o sufrágio directo sendo substituído por sufrágio indirecto proporcionado por um colégio eleitoral de total confiança do Governo.»¹¹

⁷ HP, p. 521

⁸ HP, p. 522

⁹ HP, p. 523

¹⁰ HP, p. 523

¹¹ <http://www.humbertodelgado.pt/WebFHD/Biografia/ConsultaBg.jsp?id=5>

Além destas movimentações políticas mais mediáticas, os mais importantes sinais de mudança e inconformismo recebem-nos os membros da Moraes com pequenas acções de elementos clericais da Igreja católica portuguesa.

Em 1921, o Padre Joaquim Alves Correia tentou reabrir o processo nunca esclarecido da «noite sangrenta». «O sacerdote espiritano acusara os sectores radicais conservadores de terem suscitado e apoiado a violência, falando de mal e caramunha.»¹² Nos anos 40, o padre Abel Varzim já havia provocado algum choque, tendo sido mandado fechar o jornal da Liga Operária Católica em 1948, por causa do seu «estilo marxista»¹³, acabando por ser colocado em Criselos em 1957. Francisco Lino Neto (de conhecida família católica) escreveu uma carta aberta muito crítica a Salazar; durante a campanha de Humberto Delgado torna-se notícia na imprensa internacional quando é fotografado a ser agredido durante uma manifestação.

Em Julho de 1958, a carta de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, prova definitivamente que nem todos os membros da Igreja católica portuguesa estão alinhados com as políticas sociais do governo português. Grande parte da hierarquia da Igreja católica portuguesa mantém-se alinhada com o governo de Salazar, mas a nível das Juventudes Católicas e dos seus correspondentes nas associações de Acção Católica a carta serve como o início para a manifestação de cristãos não-alinhados. O bispo do Porto escreveu a Salazar em nome da liberdade e da consciência social, provocando um grande choque, pois vinha de um elemento elevado da hierarquia da Igreja. O bispo foi impedido de regressar à sua diocese. Na sua carta, colocava apenas quatro questões:

1. Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja ensine livremente e por todos os meios, principalmente através das organizações e serviços da Acção Católica e da imprensa, a sua doutrina social?

2. Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja autorize, aconselhe e estimule os católicos a que façam a sua formação cívico-política de forma a tomarem plena consciência dos problemas da comunidade portuguesa, na concreta

¹² AV, p. 48

¹³ HP, p. 562, nota 85

conjuntura presente, a estarem aptos a consumir as responsabilidades que lhes pedem e devem caber como cidadãos católicos?

3. Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos definam, publiquem e propaguem o seu programa, ou programas, politicamente situados, em concreto *hic et nunc*, o que evidentemente não pode ir sem o despertar de mutações ousadas e substanciais e do seu clima emocional?

4. Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos, se assim o entenderem e quando o entenderem, iniciem um mínimo de organização e acção políticas a fim de estarem aptos, nas próximas eleições legislativas, ou quando o julgarem oportuno, a concorrer ao sufrágio, com programa definido e com os candidatos que preferirem?¹⁴

Francisco Lino Neto¹⁵: «Ao contrário do que afirmou, na última campanha, o Sr. Ministro da Economia, a Nação não está dividida entre o Estado Novo e uma oposição votada ao ostracismo. Toda a obra positiva do Estado Novo tem sido realizada com a colaboração técnica e profissional de muitos portugueses competentes que, na sua maioria, não estão politicamente com a situação, embora os métodos de intimidação não lhes permitissem tomar parte no debate político durante a campanha. (...) Há que ter em conta, por qualquer processo, este movimento nacional de opinião e dar-lhe os meios legítimos de expressão de doutrinação e de actuação.» A movimentação política levou, em Março de 1959, à tentativa do «golpe da Sé», em que se envolveram Jorge de Sena e Francisco Sousa Tavares.

As influências que determinaram a acção deste grupo de católicos que se juntou na editora Moraes não se limitaram às circunstâncias políticas que marcavam o país em 1958. A sua ideologia assumidamente associada ao catolicismo foi o que verdadeiramente fomentou a coesão inicial do grupo. A relevância atribuída ao movimento católico especialmente associado à revista *Esprit* foi a influência fulcral nos elementos da editora. António Alçada Baptista apresenta Emmanuel Mounier, um padre católico e um dos fundadores da *Esprit*, como um dos mais importantes

¹⁴ <http://dafgemrc.webnode.com.pt/products/carta-de-d-antonio-ferreira-gomes-a-salazar/>

¹⁵ AV, p. 16

ascendentes da sua vida, tanto a nível religioso, como a nível social. O padre francês era uma figura emblemática de um movimento cristão progressista. Sem nunca por em causa a sua fé, Mounier¹⁶ descreveu a possibilidade de ser cristão, questionando e abdicando de alguns dogmas mais estagnados ou erros da Igreja católica. Mounier era um católico inconformista e era esta imagem que os colaboradores originais da editora desejavam para si (um dos primeiros títulos da editora e de Emmanuel Mounier foi *O Personalismo*, em 1961¹⁷). Mounier não tinha medo de se afirmar como um católico socialmente comprometido e muitos dos seus apoiantes alinharam na frente cívica contra a guerra na Argélia.

Emmanuel Mounier foi um dos fundadores em 1932 da revista *Esprit*, que foi um dos principais veículos de divulgação do catolicismo personalista. Mounier defendia o retorno à espiritualidade, como forma de afastar o materialismo e a cultura e política de massas, como eram o fascismo e o comunismo. Mounier integrou mesmo a Resistência Francesa durante os anos da ocupação alemã da França.¹⁸ Além de Mounier, o catálogo da editora revela a importância que autores católicos de vanguarda tiveram na ideologia que definiu o grupo dos católicos progressistas em Portugal. JBC destaca autores cristãos de vanguarda como Jean Lacroix, Leon Chestov, Albert Béguin, Maurice de Nédoncelle, Simone Weil, Yves de Montchand, Yves Congar, Maurice Villain, Von Steenberghen, Hans Urs Von Balthazar¹⁹. A editora Moraes publicou ainda *Católicos de Vanguarda*, com textos de Jean-Marie Domenach, director da revista *Esprit* entre 1957 e 1976²⁰. Esta influência dos autores católicos personalista era especialmente manifesta nos jovens que trabalharam no jornal universitário *Encontro* e que viriam a pertencer mais tarde ao núcleo de formação da editora Moraes. Houve uma tentativa de estabelecer mesmo um contacto aprofundado com a revista *Esprit*. Jean-Marie Domenach foi convidado

¹⁶ JBC sobre Emmanuel Mounier: «O primado da pessoa humana e da eminente dignidade desta, o diálogo, a luta contra a desordem estabelecida, a recusa de perspectivas confessionalistas, certos de que só no diálogo com não-crentes podíamos lançar as bases do que o próprio Mounier chamou ‘a esperança dos desesperados’.» in AV, p. 65.

¹⁷ Cf. Anexo 2.

¹⁸ <http://www.esprit.presse.fr/whoarewe/historique.pdf>

¹⁹ NVC, p. 56.

²⁰ Cf. Anexo 3.

a visitar Portugal, porém foi impedido de entrar pela PIDE. A revista *Esprit* não era publicada em Portugal devido à sua posição anti-colonialista.²¹

O compromisso católico assumido por AAB e JBC nos seus testemunhos foi-se alterando. António Alçada Baptista entrevista em 1973 Marcello Caetano²², então Presidente do Concelho. No decorrer da entrevista fica claro que Caetano pretendia uma transição pacífica e Alçada Baptista assume o seu acordo por este processo de reforma política. Em 1973, JBC abandona a direcção da revista *O Tempo e o Modo*, que estava nesse período já definida como uma revista de esquerda, e já não representava o espaço de debates de ideias e de temas diversos como inicialmente. A revista da editora deixou de ser um espaço de oposição e divulgação de correntes diversas para se focar a partir da década de 70 em temas políticos, como as causas anti-colonialistas.

²¹ AV, p. 21.

²² AAB, *Conversas com Marcello Caetano*, Livraria Morais Editores, Lisboa 1973

Testemunhos

«A Livraria Moraes, então na Baixa, onde Alçada Baptista criara um dos mais fecundos espaços de reflexão e debate existentes entre nós (...), lugar genuíno de debate e encontro de pessoas por vezes com percursos anteriores bastante diferenciados e perspectivas nem sempre coincidentes que se abriam para um largo espectro de acção tidos por necessários para instalar o mundo novo.»

--João Cravinho, «Compreender José Rabaça», in *Recordando José Rabaça*, p. 143, Edeline Multimédia, 2004

Na introdução em *A Aventura da Moraes*, Isabel Tamen afirma haver pouco material disponível²³ relativamente à editora Moraes.

A existência física da editora, intimamente ligada à livraria comprada por António Alçada Baptista, resume-se a seis locais distintos. Primeiro existem apenas a livraria e o escritório. A livraria era na Rua da Assunção, o escritório e armazém na rua Douradores; mais tarde mudou-se para Av. 5 de Outubro e Campolide, na Travessa de Estêvão Pinto. Mudou-se para o Largo do Picadeiro no final dos anos 60. Uma sucursal abriu na rua da Cruz de Malpique.

Guilherme d'Oliveira Martins define a editora Moraes como um «projecto cultural a partir de uma livraria», «uma aventura inesperada»²⁴, antiga livraria jurídica da Baixa (cujo proprietário era João de Araújo, Moraes, Limitada). Na prática trata-se de um grupo de jovens católicos que procura por em prática as reformas do Concílio Vaticano II. A Juventude Universitária Católica, no início dos anos 50, ganhou um impulso inconformista sob as presidências de Maria de Lourdes Pintassilgo e Adérito Sedas Nunes. Embora a oposição fosse sempre conotada com o comunismo,²⁵ esta geração de católicos (mais tarde conhecidos como católicos

²³ AV, p. 11.

²⁴ AV, p. 11.

²⁵ «Pequenos peixes vermelhos em pia de água benta», in AV, p. 14.

progressistas) formou um grupo coeso de oposição (através de diversas cartas e abaixo-assinados, bem como de uma tentativa de golpe, referenciada mais à frente).

António Alçada Baptista compra a livraria no final dos anos 50. «O compromisso de António Alçada Baptista tinha a ver com a cultura, com a literatura, com as artes, com o abrir de horizontes no campo das ideias.» Esclarecer, debater, contrapor ideias, o objectivo não é subversivo no sentido revolucionário, mas é o de oferecer um espaço de confluência de ideias onde não há ocultação e controlo, antes se procura mostrar os lados normalmente «escondidos».

Juntaram-se os jovens do *Encontro*, órgão de imprensa da Juventude Universitária Católica: Pedro Tamen, João Bénard da Costa, Nuno de Bragança, Alberto Vaz da Silva. O seu programa era simples: «por um lado, partir do espírito cristão e, por outro, pôr os dedos nas feridas de uma sociedade fechada».²⁶

Jorge de Sena resume da seguinte forma a sua atitude espiritual: «quando o progresso das ciências postula que a religiosidade é, inesperadamente, uma situação interior, cuja liberdade deve ser protegida e respeitada, qualquer normalização que extrapole esses limites, quer impondo aos outros uma conduta que nos seja atraente, quer tentando regularmente aquela situação, viola os direitos sagrados da dignidade humana, essa dignidade que nunca soubemos tão bem, como hoje, qual deverá ser.»²⁷ Esta citação serve para definir a atitude deste grupo de católicos: o seu objectivo nunca foi evangelizar, nem catequizar, mas antes pretendiam, através da religiosidade, comprometer-se socialmente, isto é, o ser católico não exclui uma atitude activa e inquisitiva perante o que se passa na sociedade. «Tentava-se afirmar uma oposição não-comunista.»²⁸

Também colaboraram Mário Soares, Salgado Zenha e Jorge Sampaio, não por alinharem com o catolicismo progressista, mas por quererem mostrar o lado não-comunista da oposição. Era importante esta distanciação, pois toda a oposição era imediatamente rotulada como comunista. Deste modo, a editora, de certa forma,

²⁶ AV, pp. 17-18.

²⁷ AV, pp. 18-19.

²⁸ AV, p. 21.

inseriu-se num movimento não-comunista de oposição, embora nem todos se sentissem à vontade com a politização da editora.

António Alçada Baptista percebe que, aceitando elementos não-católicos, pode construir uma imagem mais abrangente: «Embora nem todos concordassem com uma acção política católica e entendêssemos que os católicos deviam integrar-se nos vários partidos com os quais tivessem afinidades, era muito importante, por razões tácticas internas e pela necessidade de contactos com os partidos democratas-cristãos de outros países, que alguns católicos se reclamassem de uma intervenção política.»²⁹

Sem nunca haver intenção inicial de formar um partido político cristão, a editora foi importante como ponto de agregação de colaboradores não-comunistas que encontraram nesta empresa o melhor modo de se distanciarem do Partido Comunista. Além disso, a editora permitiu modificar a imagem dos católicos, demonstrando que existiam formas alternativas de ser católico, isto é, provando que questionar não era simplesmente criticar negativamente, nem negar a doutrina cristã. A relevância que Alçada Baptista e Bénard da Costa atribuem a Emmanuel Mounier é o facto mais claro desta linha orientadora. JBC publicou mesmo já na editora um livro sobre Mounier, que serviu de guia aos cristãos que se juntaram na Moraes (e aos quais Ruy Belo se viria a referir como os «vencidos do catolicismo»). Todo este programa serviu para que os colaboradores da editora fossem alcunhados de «peixes vermelhos em pia de água benta»³⁰.

A revista *O Tempo e o Modo*, como manifesto do catolicismo inconformista português, reuniu poucos apoios exteriores. Apenas a democracia cristã italiana através dos contactos de Mário Ruivo. Em França, reuniu alguns apoios intelectuais, nomeadamente junto de Pierre Emmanuel, presidente da Association Internationale pour la liberté de la culture, e junto de Jean-Marie Domenach, director da revista *Esprit*, cuja circulação era proibida em Portugal devido à sua posição relativamente à

²⁹ AV, p. 21.

³⁰ Cf. Nota 25.

guerra colonial (na revista *O Tempo e o Modo*, a revista francesa era referida como «a revista de Mounier»³¹).

No final dos anos 60, a livraria mudou-se para o Largo do Picadeiro (actual Centro Nacional da Cultura). José Cardoso Pires colaborou com a editora a partir de 1967. É por esta altura que surgem as dificuldades financeiras. A Igreja «sentiu-se incomodada» pela actividade editorial da livraria e pelo conteúdo progressista da revista»³². Para evitar a submissão à censura, a revista passou a ser editada em cadernos. A revista teve seis mil páginas cortadas.

Entre Janeiro de 1965 e Dezembro de 1969, a Moraes edita a revista *Concilium* (aproveitando o entusiasmo gerado pela eleição para Sumo Pontífice do cardeal Montini³³), com direcção de Helena Vaz da Silva. A revista seguia as linhas orientadoras do Vaticano II, incluindo textos de Karl Rohmer, Hans Küng, Yves Congar, Henri de Lubac, M. D. Chenu, Schillebeeckx. Os teólogos, de quem anteriormente o Vaticano desconfiava, tornam-se agora essenciais como forma de fundamentar as novas orientações. Como estudiosos da Palavra e da doutrina e com uma compreensão mais profunda dos dogmas e rituais da Igreja, os teólogos assumiram um papel mais preponderante na imagem da Igreja. A revista *Concilium* não obteve o *imprimatur* por parte das autoridades eclesiásticas em Portugal e por isso António Alçada Baptista contactou Helder Câmara. Assim oficialmente a revista «mudou-se» para o Recife, passando a obter a autorização de um bispo brasileiro, D. Aloísio Lorscheider.

O «objectivo» da editora era reformista e não revolucionário. António Alçada Baptista afirma em *Conversas com Marcello Caetano* que o povo português já não tinha «paciência» para uma liberalização política e social progressista e reformista. A mudança desejada era a de uma revolução, uma quebra total com o regime do Estado Novo. A revista *O Tempo e o Modo* foi reflectindo essa evolução. De início poder-se-ia considerar a revista mais reformista, reflexo de um pensamento

³¹ AV, p. 21.

³² AV, p. 21.

³³ AV, p. 22.

democrático reformista. A partir de 1969, o conteúdo e o discurso da revista foi-se radicalizando, afastando-se das suas raízes cristãs progressistas.

Entretanto a livraria ia acumulando dívidas e prejuízo. Em 1972, faz-se a liquidação da sociedade e chega-se a um acordo com os credores, António Alçada Baptista cumpriu as obrigações dos avales pessoais durante vinte anos descontando do seu salário de funcionário público³⁴.

«Esta aventura falhou porque a camada da sociedade portuguesa a quem ela se dirigia recusou frontalmente a sua colaboração e não estava disposta a correr nenhum risco nem, na prática, se sentiu minimamente solidária com o esforço que estava a ser feito.» António Alçada Baptista justifica desta forma o falhanço da editora e da livraria. Em média publicavam entre 2 mil e 3 mil exemplares de cada livro, números que AAB achou que corresponderiam ao número de pessoas interessadas nos livros da editora. Perceber o falhanço da editora Moraes é perceber as razões que levaram a sociedade portuguesa a submeter-se ao Estado Novo, a atitude da sociedade portuguesa (pelo menos de algumas camadas) face à proposta de reforma e esclarecimento da editora, alternativa a uma resistência revolucionária nas intenções, mas pouco radical ou arriscada nas suas acções de resistência. «A aventura da Moraes acompanhou pois, directamente o fim da ditadura e a transição.»³⁵ «A verdade é que a guerra colonial radicalizara os conflitos na sociedade portuguesa e as gerações mais novas, que sofriam com maior agudeza o desastre da guerra, muito compreensivelmente não estavam dispostas a contemporizar com soluções reformistas.» Em 1969, as dívidas da livraria começaram a acumular-se, apesar de vários apoios (Domingos Megre, José Luís d'Orey, Alfredo Maria Cunhal, Fernando Pizarro, Miguel Caetano, João Botequilha, Eduardo Gomes Cardoso). Em 1972, inicia-se a liquidação da livraria e procura-se um acordo com os credores.

A evolução da editora Moraes está enraizada na evolução da sociedade portuguesa nos anos 50, 60 e 70. Aproveitando o «embalo» da candidatura de Humberto Delgado, António Alçada Baptista comprou a livraria e formou uma

³⁴ AV, p. 22.

³⁵ AV, p. 22.

editora por considerar aquela a melhor forma de intervir. A intervenção de aqui se fala não é revolucionária, nem subversiva no sentido mais radical. A intervenção tinha o objectivo de oferecer a alternativa numa sociedade que parecia não ter muitas saídas. António Alçada Baptista e os outros funcionários da editora não foram ambiciosos em quantidade, isto é, publicaram a quantidade de exemplares que julgaram adequada para uma população de 8.663.252 habitantes em 1970 (PORDATA). 3 mil exemplares corresponde ao número de leitores esperado num país submetido a uma editora. Tenha-se em atenção o facto de os livros vendidos terem passado anteriormente pela censura. Não eram livros proibidos (a editora teve muitas publicações apreendidas), simplesmente abordavam temas que poderiam tornar-se incomodativos na sociedade, caso o público da editora se tivesse tornado constante e consistente na compra de exemplares.

Testemunho de António Alçada Baptista em *A Pesca à Linha*³⁶

António Alçada Baptista destaca a posição dos membros da editora Moraes como uma tomada de posição ética e não política, assumindo a responsabilidade de agir de determinada maneira em sociedade. Publicar e editar livros era uma forma de esclarecer, de mostrar o outro lado da questão e não de incentivar ao radicalismo. Poder-se-á afirmar mesmo que houve uma tentativa de alterar mentalidades, abrir horizontes.

AAB traça um retrato de Portugal até aos anos 50 como um país rural fortemente apoiado no poder da Igreja e do Exército. Salazar constituiu um governo capaz de aplicar leis que encaixaram perfeitamente na mentalidade da maioria portuguesa. Em 1926, quando se dá o golpe militar que termina o período da I República portuguesa, o choque desse governo estava ainda demasiado vivo e a segurança e estabilidade que Salazar foi capaz de transmitir fizeram com que o Estado Novo assentasse raízes rapidamente. António Alçada Baptista retrata uma sociedade imobilista e inerte. O Estado Novo foi capaz de fomentar de novo o poder da Igreja e de criar uma mentalidade social de um país pequeno e modesto e por

³⁶ Cf. Bibliografia consultada

isso sem grandes ambições. Mesmo educado num ambiente «educado», bisavô e avô advogados e pai médico, Alçada Baptista foi educado através de uma «visão estática do mundo».

Alçada Baptista conhece o pensamento de Emmanuel Mounier e a revista *Esprit* durante os seus anos na Faculdade de Direito de Lisboa. Mounier representava a esquerda católica, duas posições consideradas como «irremediavelmente» opostas. «A visão de Mounier, num mundo intelectual inteiramente contaminado por uma visão materialista dialéctica do homem, da sociedade e da história salvaguarda-me a possibilidade de manter o quadro da minha educação tradicional, que não queria largar, e ao mesmo tempo permitia-me a rotura com a prática do regime e da Igreja.»³⁷

A compra da Livraria Moraes surge numa fase em que AAB se sentia pouco realizado com o seu trabalho enquanto advogado. Talvez por tradição familiar (o seu avô e bisavô tinham sido advogados) terminou o curso de direito e começou a exercer. Durante o curso nutriu simpatia pelo comunismo (que durante o Estado Novo era identificado com toda a oposição ao governo e, como tal, visto como a alternativa ao status quo). A ideia de comprar um livraria parte da vontade pessoal de AAB e alguns amigos em vender livros. O seu objectivo é encontrar realização pessoal e profissional.

Em conjunto com um grupo jovem de católicos (Pedro Tamen, João Bénard da Costa, Alberto Vaz da Silva, Nuno de Bragança, José Domingos de Moraes), AAB forma uma editora que serve de veículo às suas preocupações. Olhando para o catálogo dos primeiros anos, consegue perceber-se que o objectivo da editora e dos seus membros não era o de provocar aleatoriamente, mas o de construir uma imagem de alternativa à mentalidade social de Portugal durante aquelas décadas. A editora arriscava apresentar autores católicos e conservadores mas com perspectivas diferentes.

A editora não era apolítica. AAB: «Juntávamo-nos com frequência para planificar a acção da editora, numa perspectiva do que então se chamava de

³⁷ AV, p. 30.

‘apostolado’.» A constituição desta editora não foi feita sem objectivos à vista, isto é, constituir uma editora e publicar livros foi a melhor forma de abordar determinados temas e de construir um catálogo como um conjunto de títulos interessantes para a sociedade portuguesa. AAB reconhece que foi ingénua a sua forma de abordar o funcionamento da editora, demasiado idealista ou romântica. Vindo de família católica, com homens habituados a profissões liberais de curso universitário, António Alçada Baptista admite que descurou os aspectos financeiros na gestão de uma editora. E, como ele o estava, assumiu que pelo menos mais 3 mil portugueses de classes cultas e bem estabelecidas estariam também interessados nos livros publicados pela editora. A editora falha em parte pelo excesso de ingenuidade dos seus membros e também pela falta de interesse demonstrada pela sociedade portuguesa (genuína ou não). «A editora encontraria na sua justificação a sua viabilidade.»³⁸

A primeira colecção lançada tem por título Círculo do Humanismo, que AAB considera uma das grandes palavras-mito associadas à Igreja. Humanismo era um movimento que procurava rever a liberdade da Igreja e o compromisso que esta exigia de cada indivíduo. Os primeiros títulos desta colecção apontam directamente para a imagem da Igreja, que muitos jovens católicos (representados na editora) consideravam hipócrita e demasiado retrógrada. Em Portugal, a Igreja era tida como o «braço direito» do Estado e as vozes discordantes eram por norma afastadas e silenciadas. Os membros da editora tinham como missão («apostolado») mostrar uma alternativa à imagem estabelecida da Igreja portuguesa. Uma editora que se identificava com autores conservadores e ou católicos mas que não deixava de abordar temas como a liberdade do cidadão e a missão da Igreja. Na primeira colecção lançada conviviam autores como G. K. Chesterton e Emmanuel Mounier. Os membros da editora nunca negaram o seu catolicismo e identificaram-no com a revista *Esprit*, proibida em Portugal e referida como a «revista de Mounier».

«Para facilitar a compra desta colecção, ela poderia ser feita mediante uma quota mensal de 25 escudos, que daria direito a um livro de dois em dois meses,

³⁸ AV, p. 31

independentemente do preço de venda ao público que era sempre mais elevado.»
«Na prática, as assinaturas nunca foram além das quatrocentas.»

Desde início houve indícios da falta de interesse da sociedade portuguesa. O sentido de missão de AAB foi mais forte e como tal persistiu a ideia de uma editora dedicada a autores «progressistas e libertadores», pouco lidos, e temas que teoricamente deveriam interessar a uma sociedade que vivia sob uma ditadura. Os jornais referiam um grupo de jovens católicos que, através da sua editora, promoviam ideias subversivas. A disponibilização que a editora fez de certos títulos, procurando apresentar e aprofundar temas pouco evocados ou pelo menos abordados apenas de uma perspectiva institucional, imediatamente a associou a uma oposição comunista e, como tal, subversiva. O Partido Comunista era alvo de perseguições em Portugal. Qualquer associação ao comunismo, por remota ou errada que fosse, era encarada com receio e medo. A associação automática da editora com motivos comunistas afastou muitos leitores. A verdadeira missão da editora passou despercebida ou foi mal compreendida por muitos. A editora procurava demarcar-se de um partido político, embora encorajasse os seus membros a participar activamente na vida social do país. AAB nunca tencionou organizar um partido político por si só, mas associou-se a alguns movimentos e candidatou-se a cargos políticos. Em 1961, AAB candidata-se pela oposição em Castelo Branco, juntamente com Francisco Lino Neto e Francisco Sousa Tavares. São os primeiros católicos assumidos a candidatar-se contra o regime. Em 1965, tentam de novo a candidatura, mas não conseguem quatro candidatos. Em 1969, volta a candidatar-se.

Problemas financeiros

«A situação económica da Moraes ia-se deteriorando. Os livros vendiam-se muito pouco, as dívidas acumulavam-se. As assinaturas da revista andavam à volta de setecentas e a tiragem nunca ultrapassou os mil e quinhentos exemplares. A revista durou seis anos, os cortes da censura eram numerosos e, como já disse, os textos tinham que ser submetidos a 'exame prévio' já impressos em provas. Pode imaginar-se o que a revista custava. Julgo que *O Tempo e o Modo* deu um prejuízo

de setecentos contos, dinheiro de 1969, mais ou menos doze mil na data em que escrevo (1989).»³⁹

AAB foi conseguindo crédito junto dos bancos graças a amizades entre os seus funcionários. Mais tarde teve o apoio e ajuda de Domingos Megre, José Luís d'Orey, dr. Alfredo Maria Cunhal, Fernando Pizarro, Miguel Caetano, João Botequilha e Eduardo Gomes Cardoso⁴⁰. Em 1972, com a colaboração de Miguel Caetano, João Botequilha e Eduardo Gomes Cardoso, chegam à conclusão de que a solução é liquidar a sociedade e fazer um acordo com os credores da empresa. O prof. Teixeira Pinto comprou a sociedade por 25% do seu passivo. Todos os fornecedores foram pagos e a banca recebeu. Durante 20 anos, AAB pagou os avales da empresa, descontando do seu salário de funcionário público.

Testemunho de João Bénard da Costa⁴¹

Em 1956, saiu o primeiro número da revista Encontro, publicação da Juventude Universitária de Lisboa. Nesta revista reuniam-se alguns dos membros e colaboradores frequentes da editora Moraes. Pedro Tamen, Nuno de Bragança, Cristovam Pavia (poeta), M. S. Lourenço, José Domingos Morais. Como afirma Bénard da Costa, a revista representava os católicos «desalinhados», isto é, um grupo que pretendia demonstrar claramente que Igreja e Estado não eram uma unidade. «A maior parte dos universitários não-católicos estava firmemente convencida que Igreja e regime um só eram. Os não-católicos conheciam, é certo, casos como o meu e o de raros outros navegantes que não navegavam nas mesmas águas. Mas estavam convencidos que éramos minoria irrelevante e sem qualquer peso nas estruturas.»

«Um decreto, Budapeste e um ano na JUC começaram a transformar-me num católico para os novos tempos ou num católico para os tempos que se anunciavam novos.»⁴² Em 1956, o grupo que orientava a revista Encontro forma um clube de cinema, Centro Cultural de Cinema, continuando o seu trabalho numa forma de arte mais recente. Era especialmente destacada a corrente francesa ligada aos Cahiers du

³⁹ AV, p. 42.

⁴⁰ AV, p. 42.

⁴¹ NVC, p. 17.

⁴² NVC, p. 17.

Cinema.⁴³ Já com João Bénard da Costa na presidência, as JUC organizam um encontro universitário em participam mais de 1500 pessoas.⁴⁴

A revista *Encontro*, a organização das Jornadas Universitárias são dois sinais de uma juventude assumidamente católica que procura compreender a Igreja de uma forma moderna. Num editorial do n.º 14 do Encontro, Bénard da Costa afirma uma vontade de uma «acção decisiva por um Portugal mais cristão». A revista beneficiava de uma dispensa à censura e, por isso, foi possível a publicação de um artigo de Bénard da Costa, condenando o anti-comunismo. No artigo, o autor definia diferentes formas de praticar o cristianismo, apelando no fundo a uma religião racional e esclarecida. Segundo JBC, as Jornadas Universitárias em Fátima não suscitaram grande entusiasmo junto do Cardeal Cerejeira⁴⁵. A inspiração para este artigo foi buscá-la à revista *Esprit*.

João Bénard da Costa conhece António Alçada Baptista durante o período da campanha de Humberto Delgado para a presidência, já como dono da Livraria Morais. António Alçada Baptista encontra no grupo universitário que trabalhava para a revista Encontro atitudes comuns, apesar de cerca de 10 anos de diferença para os jovens universitários. Através deste, conhece também Francisco de Sousa Tavares e Sophia de Mello Breyner.

João Bénard da Costa sai do cargo de presidente quando assina uma carta, juntamente com outros católicos, pedindo ao jornal *Novidades* (órgão social da Igreja) que não assumisse nenhuma posição partidária, como se verificara recentemente. Esta carta inaugura um período de muitas outras cartas, revelando que não existia uma massa cristã completamente unida e igualitária do lado do Estado. Havia cristãos que questionavam o posicionamento político da Igreja. Mesmo saindo da sua direcção, JBC continuou a colaborar com o *Encontro*, que foi mantendo nos anos seguintes uma linha de orientação cristã, mas aberta.

⁴³ NVC, p. 37.

⁴⁴ NVC, p. 43.

⁴⁵ D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) foi cardeal entre 1929 e 1971. Fundou a Universidade Católica Portuguesa e trabalhou para que o governo português assinasse a Concordata com a Santa Sé. (http://www.fccerejeira.com/index.php?bio_cardeal).

Um dos principais «golpes» à Igreja portuguesa foi a carta dirigida directamente a António Salazar pelo Bispo do Porto. Nela o bispo destacava a incongruência entre um pensamento cristão e a linha política do governo de Salazar. A carta terminava com quatro perguntas que mencionavam o trabalho que a Igreja poderia desempenhar junto de operários, prostitutas e outros elementos sociais mais desfavorecidos. A carta foi utilizada como porta-estandarte de uma geração mais jovem de cristãos. O bispo do Porto foi impedido de voltar a Portugal, após uma viagem a Roma em 1959. Esteve dez anos no exílio. O caso do bispo do Porto foi sintomático de uma Igreja que deixava transparecer cada vez que não era um bloco monolítico sem qualquer voz discordante. Nem todos os cristãos (leigos ou clericais) estavam de acordo com a colaboração entre Igreja e o estado português.⁴⁶

O Tempo e o Modo surge como forma de dar seguimento à abertura demonstrada na revista Encontro e de prosseguir com o exemplo do Bispo do Porto⁴⁷. Tem como modelo a revista francesa *Esprit*, fundada por Emmanuel Mounier, um dos grandes defensores da corrente cristã personalista.

António Alçada Baptista convida João Bénard da Costa e Pedro Tamen para trabalhar na editora, dirigindo a revista e organizando colecções. A colecção o Círculo do Humanismo Cristão reflecte bem a orientação dos elementos da editora com vários autores do século XX representando a linha do cristianismo personalista.⁴⁸ João Bénard da Costa edita mesmo nesta colecção um livro sobre Emmanuel Mounier.

Bénard da Costa não nega a vontade de estabelecer uma clara identidade dos cristãos que trabalhavam na Moraes. Apesar de não demonstrar a vontade de organizar um partido político, não tem dificuldades em identificar aquele grupo como «católicos de esquerda⁴⁹». Além de referir vários abaixo-assinados (sem especificar datas), Bénard da Costa relata uma tentativa de revolução, planeada por

⁴⁶ NVC, p. 55.

⁴⁷ NVC, p. 56.

⁴⁸ Jean Lacroix, Chestov, Albert Béguin, Maurice de Nédoncelle, Simone Weil, Yves de Montchand, Yves Congar, Maurice Villain, Von Steenberghe, Hans Urs Von Balthazar (p. 56).

⁴⁹ NVC, p. 57.

Manuel Serra e Francisco de Sousa Tavares⁵⁰. Junto de António Alçada Baptista, o plano chegou a envolver vários elementos ligados à editora Moraes (incluindo Bénard da Costa). O golpe acabou por não acontecer (estava programado para Março de 1959⁵¹), pois a PIDE agiu de modo a impedir a acção, prendendo o Padre João Perestrello (apontado por Bénard da Costa como o líder do planeamento desta tentativa de golpe). Este episódio foi o mais próximo de acção radical de que João Bénard da Costa esteve.

Em 1959, assinou ainda duas cartas compostas por Francisco Lino Neto, uma defendendo a necessidade e o direito que os cristãos tinham de intervenção na vida social e política do país. Novamente era evocada a famosa carta do Bispo do Porto. A segunda carta criticava directamente a censura e a PIDE. A segunda carta levou os seus 45 assinantes aos gabinetes da PIDE para interrogatórios.⁵²

Apesar deste revés, a editora Moraes nunca perdeu a sua identidade, publicando títulos que afectavam as «consciências até agora tranquilas» (Salazar)⁵³. Até 1965, durante o pontificado do papa João XXIII (na altura visto como a melhor alternativa pelos católicos progressistas, como indica Bénard da Costa), a aposta no esclarecimento e na dissecação das atitudes do governo face ao discurso cristão continua através da tradução de certos títulos, bem como na continuação da publicação de *O Tempo e o Modo*. Em 1964, a editora Moraes começa a publicar a revista *Concilium*.

A onda de entusiasmo termina por volta de 1965, ano em que Humberto Delgado é assassinado. Em Outubro de 1965, vários elementos ligado à editora decidem escrever um manifesto católico «de apoio às posições da oposição democrática».⁵⁴ O documento é assinado por 101 reconhecidos católicos⁵⁵. O documento surtiu efeito, tendo sido mesmo publicado em jornais vespertinos.

No capítulo «A Resistência Cristã», João Bénard da Costa esclarece as razões que levaram a que nunca se organizasse um partido de oposição assumidamente

⁵⁰ NVC, p. 60.

⁵¹ NVC, p. 60.

⁵² NVC, p. 63.

⁵³ NVC, p. 68.

⁵⁴ NVC, p. 71.

⁵⁵ NVC, p. 72.

cristão, mesmo havendo a tradição na Europa da Democracia Cristã.⁵⁶ A pouca simpatia que nutriam por regimes identificados com valores cristãos (na Europa e no Chile⁵⁷) e a identificação que este particular grupo tinha com a revista *Esprit*, levaram a que nunca optassem por fundar um partido cristão em Portugal. Emmanuel Mounier salientava o mau uso que se fazia da palavra «cristão», perdendo esta muitas vezes a conotação autentica e espiritual que a ligava ao Cristianismo, enquanto religião.

«A maioria dos católicos de *O Tempo e o Modo* ou da Pragma (...) não navegava nessas águas.»⁵⁸ Mesmo com o interesse de Mário Soares ou Francisco de Sousa Tavares, mesmo com alguns elementos habituados a estar envolvidos em acções políticas de oposição, esta geração de católicos nunca deu o passo para formar a Democracia Cristã em Portugal. Em 1966, ainda houve uma tentativa e formou-se o movimento clandestino Resistência Cristã, com António Alçada Baptista, Francisco de Sousa Tavares, Nuno de Bragança, Bénard da Costa. O grupo terminou em 1967⁵⁹.

Ao longo da década de 60, vários católicos deste grupo foram-se afastando da Igreja católica. Segundo João Bénard da Costa, a visita do papa Paulo VI marca o seu próprio afastamento da Igreja. A sua visita foi vista como uma legitimação do regime governado por António Salazar⁶⁰. Embora a desilusão da vinda do Papa Paulo VI a Portugal tenha afectado consciência cristã de vários elementos ligados ao grupo da Moraes, João Bénard da Costa (especificamente) afasta-se da Igreja por concluir que uma Igreja católica não existe sem uma hierarquia forte. A Igreja enquanto instituição não permite a completa liberdade de consciência de cada individuo. Em 1968, *O Tempo e o Modo* publica o caderno «Deus o que é?», lançando um debate com «católicos e ex-católicos» e Frei Bento Domingues como moderador.

⁵⁶ NVC, p. 77.

⁵⁷ NVC, p. 78.

⁵⁸ NVC, p. 79.

⁵⁹ NVC, p. 83.

⁶⁰ NVC, p. 84.

Apresentação do catálogo da editora (1958-1974)⁶¹

Através do catálogo da editora compreende-se a motivação que estava por trás do projecto que iniciou a editora. A sua evolução também é bem perceptível, pois à medida que vão avançando os anos, os livros publicados tornam-se mais politizados, isto é, o seu conteúdo passa a centrar-se mais em problemas políticos e sociais. Embora essa preocupação estivesse sempre presente, a editora caracterizava-se também por títulos de ficção e poesia de autores contemporâneos portugueses e também por publicar teólogos e autores da Igreja católica modernos e de acordo com a sua visão cristão da sociedade. Tal como defendia Emmanuel Mounier, o catolicismo não devia comprometer-se com o materialismo, nem com culturas de massas como eram o comunismo e o fascismo.

O catálogo explorado data de Março de 1974, um mês antes da revolução do 25 de Abril. Em anexo⁶² há uma base de dados que expande alguns dados dos títulos, nomeadamente os seus tradutores, a língua de tradução, bem como algumas datas de nascimentos dos seus autores. Estes dados permitem perceber de forma mais ou menos clara as tendências do catálogo da editora. A investigação para completar esses dados foi feita a partir da requisição de alguns títulos na Biblioteca Nacional de Portugal, bem como da consulta do catálogo *online* da mesma instituição.

O catálogo apresenta dois géneros de colecções. Por um lado, colecções ideológicas, isto é, colecções em que os títulos são definidos por orientações filosóficas (de natureza política ou religiosa), em que se privilegiam determinados temas e autores. É o caso de colecções como Círculo do Humanismo Cristão e O Tempo e o Modo. Por outro lado, há as colecções não-ideológicas, ou seja, em que são privilegiadas as obras de ficção e poesia, como é caso do Círculo de Poesia ou Círculo de Prosa.

⁶¹ Cf. Anexo 1.

⁶² Cf. Anexo 10 (CD).

Os títulos das colecções evocam as preocupações editoriais da Moraes, nomeadamente os primeiros livros publicados pertencem ao Círculo do Humanismo Cristão, evocando claramente a orientação espiritual e política dos membros fundadores da editora.

As colecções da editora Moraes são as seguintes:

- Temas e Problemas — colecção com vários temas desde economia (*A economia do século XX*, por François Perroux) até sexualidade (*Antropologia sexual*, de Abel Jeanniére).
- Mundo Imediato — colecção marcado por títulos com temáticas sócias e políticas. Inicia-se em 1960 com a publicação de *O personalismo*, de Emmanuel Mounier e com prefácio de João Bénard da Costa, mas apenas se retoma em 1970. A partir desse ano, os títulos publicados são tendencialmente virados para preocupações sociais, demonstrando a clara viragem da editora no final da década de 60 do século XX.
- Hoje e Amanhã — colecção com apenas três títulos dedicados à realidade portuguesa contemporânea (de três autores portugueses).
- Actualidade Portuguesa — trata-se também de uma curta colecção com títulos dedicados à realidade portuguesa. O autor de maior destaque é Francisco de Sá Carneiro, que virá a ser líder do Partido Social-Democrata.
- O Tempo e o Modo — colecção cujo título será utilizado para a revista publicada pela editora. Nela se destacam autores católicos, como Emmanuel Mounier e Romano Guardini. Os títulos caracterizam-se por temáticas mais filosóficas (Manuel Antunes tem um título publicado, *Ao encontro da palavra*, bem como Karl Jaspers, *A situação espiritual do nosso tempo*) e teóricas como títulos sobre literatura e poesia (*O que é a literatura?*, de Charles de Bos, e *Poesia, liberdade livre*, de António Ramos Rosa). Um dos títulos mais emblemáticos é de Jorge de Sena, criticando a sociedade portuguesa em *O Reino da Estupidez*. O título da colecção foi ideia

de Pedro Tamen que o justifica da seguinte forma: «A acção começa na consciência. A consciência, pela acção, insere-se no tempo. Assim, a consciência atenta e virtuosa procurará o modo de influir no tempo. Por isso, se a consciência for atenta e virtuosa, assim será o tempo e o modo.»⁶³

- Ciências Humanas — colecção com apenas três títulos dedicados a temas filosóficos e psicológicos.
- Empresas — colecção com três títulos, dois dos quais dedicados ao *marketing*.
- Psicologia e Pedagogia — O tema da educação é bastante abordado no catálogo da editora, bem como a psicologia social. A maioria dos títulos destaca a evolução e o crescimento da criança e a relação entre pais e filhos. A educação como tópico teórico é abordada em dois livros. A psicologia de grupo também é bastante referenciada com cinco títulos.
- Ciência Ilustrada — Esta colecção é composta por títulos dedicados à História de diversas ciências, como aeronáutica e comunicação. O autor mais figurado é Courtland Canby com quatro títulos. Nenhum destes títulos se encontra disponível na Biblioteca Nacional de Portugal ou nas bibliotecas municipais. Todos os títulos desta colecção são de história.
- Manuais Universitários — Colecção com três autores e temas filosóficos e psicológicos. São livros dedicados à compreensão de três temas diferentes, mas que servem de auxiliar para esses temas (por exemplo, *O pensamento de Hegel*, de R. Garaudy).
- Aventura Interior — Colecção com *Os manifestos surrealistas*, de André Breton, e *Cantos de Maldoror*, de Conde de Lautréamont.
- Círculo de Poesia — Uma das colecções mais prolíferas e modernas da editora. Publicou apenas autores de língua portuguesa (de Portugal e do Brasil). Quatro dos seus autores são mulheres. Nesta colecção foram publicados alguns dos autores que hoje se consideram fundamentais

⁶³ AV, p. 20.

da literatura moderna portuguesa, casos de Sophia de Mello Breyner (com três títulos), Jorge de Sena (cinco títulos), Ruy Belo (com três títulos) e Cristovam Paiva (que viria apenas a publicar um livro em vida). Pedro Tamen destaca esta colecção quase como um traçar da poesia moderna portuguesa, embora reconheça que faltam autores essenciais⁶⁴ (por exemplo, Eugénio de Andrade).

- Círculo de Prosa — Colecção com apenas quatro títulos, mas onde se destacam duas importantes autoras portuguesas: Sophia de Mello Breyner (*Contos Exemplares*) e Maria Velho da Costa (*O lugar comum*).

- Nova Série — Serve de continuação à colecção anterior, com o único livro publicado na Moraes de Nuno de Bragança (*A noite e o riso*), um dos membros iniciais da editora e um dos seus tradutores mais frequentes. Ruben A. tem também o seu único título pela Moraes nesta colecção, *Silêncio para 4*.

- Obras de José Cardoso Pires é uma colecção dedicada à reedição de seis títulos do autor.

- Obras de António Alçada Baptista foca-se em quatro livros do autor e editor, entre os quais *Conversas com Marcello Caetano*.

- A Marca do Tempo — colecção que destaca temas contemporâneos, como a droga (*Experiência da droga*, de G. Champagne) ou mesmo a biografia de Bonnie e Clyde (de Ian Fortune).

- História de Hoje — Colecção que completa a colecção anterior, pois os seus títulos retratam todos temas do século XX, como a politica de J. F. Kennedy, B. Mussolini e o papel de Pio XII durante o governo de Hitler. Tanto esta colecção como a anterior, relevam temáticas como a opressão política, destacando líderes fascistas (B. Mussolini e A. Hitler), depurações e a resistência dos católicos franceses durante a II Guerra Mundial.

⁶⁴ AV, p. 58.

- Circulo do Humanismo Cristão — O primeiro título publicado pela editora saiu nesta colecção que esclarece desde o início qual o papel que pretendiam desempenhar os membros da editora. Trata-se da colecção mais extensa do catálogo e a sua linha orientadora é claramente definida pelo seu título. Dentro desta colecção destacam-se os temas religiosos, com a publicação de *Emmanuel Mounier*, de J. B. Da Costa, e do teólogo Yves Congar, com *Vasto Mundo, Nosso Mundo*. Publicam-se autores da Igreja católica, como o Cardeal Newman, Charles de Foucauld e Romano Guardini, que se destacam por serem autores pouco tradicionais (cada um na sua época). Os títulos escolhidos para esta colecção são o mais claro indício da crença que partilhavam os membros fundadores da editora: um cristianismo espiritual mas comprometido socialmente. O objectivo claro desta colecção é mostrar e apreciar uma alternativa à Igreja católica portuguesa, que se demonstrava demasiado conivente com o governo de António Salazar.

- Outras colecções destacam a veia cristão da editora, nomeadamente *Água Viva*, *Teologia Nova*, *Convergências* (com todos os títulos dedicados a Teilhard de Chardin⁶⁵, do qual a editora publicou também quatro títulos na colecção *Obras de Teilhard de Chardin*), *Linha de Risco* (livros que, embora inseridos na temática religiosa, põe em causa as suas bases, caso de *O movimento da morte de Deus*, de Charles Bent), *O Pensamento da Igreja* (com encíclicas e textos sobre o Concílio Vaticano II), *Encíclicas de Pio XII*, *Encíclicas de João XXIII*. Ao todo a editora dedicou oito colecções ao tema da religião, com especial incidência na religião católica.

- Diversos — Colecção sem uma linha orientadora específica. Inclui um título de Joan Baez, *Amanhecer*, ou *O Exorcista*, de W. P. Biatty.

- A editora tem pequenas colecções dedicadas ao Direito (como *Doutrina ou Prática Jurídica*) ou ao público infante-juvenil (*Álbuns Ilustrados para a Juventude*, com textos didácticos sobre História e Ciência).

⁶⁵ Exemplo: cf. Anexo 6.

As línguas originais ou a partir da qual se traduzem certos títulos são bastante concentradas. Os autores de língua portuguesa dominam a coleção de poesia, mas a língua francesa representa grande parte do catálogo da editora. Algumas traduções eram feitas não a partir do original, mas a partir de uma língua mais acessível para os tradutores como era o francês. De Saul Friedländer⁶⁶ foram publicadas duas obras, escritas pelo autor em inglês, mas traduzidas para português a partir das edições francesas por Maria José Miranda e M. Rodrigues Martins. Ou como é o caso de John Kenneth Galbraith, que também publica originalmente em inglês. Autores russos como Ivan Iliitch ou Leon Chestov eram igualmente traduzidos a partir das versões francesas. Alguns autores e membros, que colaboravam com a Moraes, traduziam também para a editora. São os casos de Nuno de Bragança, Rogério Fernandes, Ruy Belo e João Bénard da Costa.

Como referido a temática religiosa permeia todo o catálogo. O catálogo tem várias figuras ligadas à Igreja católica. O Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II, tem publicadas quatro encíclicas. A tendência para escolher figuras do clero pende para autores do século XX, ligados ao humanismo cristão ou à Resistência Francesa, casos de Emmanuel Mounier e Marc Boegner. Bernard Häring, que esteve fundamentalmente ligado à viragem na Igreja católica que representou o Concílio Vaticano II, tem também um título publicado. Os autores clericais não se limitavam a figuras do século XX. Charles de Foucauld é um das figuras mais acarinhadas da Igreja católica, sendo citado como exemplo de dedicação e humildade, tendo mesmo sido beatificado.

Preocupações sociais como a educação eram também recorrentes, publicando livros cujos autores eram reconhecidos especialistas na área, como é o caso de Rogério Fernandes, professor e investigador universitário e que mais tarde veio a ser um dos «impulsionadores das primeiras reformas do ensino primário no pós-25 de Abril»⁶⁷. Também dentro do tema da educação publicaram Celestin Freinet, que criou uma nova forma de pedagogia em França⁶⁸. Os títulos publicados

⁶⁶ <http://www.history.ucla.edu/people/faculty?lid=598>

⁶⁷ http://www.publico.pt/Educa%C3%A7%C3%A3o/morreu-o-professor-e-antigo-resistente-rogerio-fernandes_1425564

⁶⁸ <http://ecole-vivante.com/pedagogie-freinet.html>

têm como preocupação não apenas a análise do estado da educação ou da pedagogia, mas também foram publicados títulos que questionavam o próprio acto de aprendizagem (como *A liberdade de aprender*, de D. Hameline e M.-J. Dardelin, em 1968).

Durante o tempo de vida da editora, o Concílio do Vaticano II é o maior terramoto na Igreja Católica. Promovido pelo Papa João XXIII, este concílio vem promover aquilo que em parte advogam os membros da editora Moraes (com destaque para João Bénard da Costa, que fez a sua tese de licenciatura sobre Emmanuel Mounier): um catolicismo que não seja apenas um sistema recriminatório, mas antes uma vivência activa de um compromisso social e individual. O Concílio Vaticano II veio legitimar e destacar inúmeros teólogos, como Yves Congar e José M. Gonzalez-Ruiz, e a editora aproveita o espírito de maior abertura derivado do Concílio para apresentar e promover estes autores junto dos leitores portugueses. Bernhard Häring, que tinha sido um dos principais impulsionadores do Concílio do Vaticano II., tem publicado em 1968 *A moral depois do Concílio*. Outros autores destacados por João Bénard da Costa são Jean Lacroix, Leon Chestov, Albert Béguin, Maurice de Nédoncelle, Simone Weil, Yves de Montchand, Yves Congar, Maurice Villain, Von Steenberghen, Hans Urs Von Balthazar⁶⁹.

A editora não fogia de temas habitualmente controversos nos meios mais tradicionalistas e conservadores. Em 1970, publica *Sodoma — Ensaio sobre a homossexualidade*, de Marcel Eck. Em 1965 e em 1968, publica dois livros sobre métodos contraceptivos femininos de Sacha Geller. Os títulos são explícitos no seu tema e isso torna a intenção da editora bastante clara. Além desses dois títulos, os temas femininos encontram espaço dentro do catálogo da editora. Em 1965, é publicado *Ofício de Mulher*, de Ménie Grégoire. Dentro da religião, *A mulher de hoje; Problemas na Igreja*, de Hildegard Harmsen, aborda o papel da mulher dentro de uma instituição marcadamente masculina.

Entre 1958 e 1974, o catálogo foi-se tornando mais focado em temas políticos e sociais, bem como em acontecimentos históricos relevantes para uma

⁶⁹ NVC, p. 56

compreensão política. Temas como o trabalho surgem mais vezes. São publicados livros como *Psicossociologia do trabalho* (de Pierre Jaccard, 1969) e *O trabalho social em equipe* (de V. Jacobson e P. Monello, 1971).

Testemunhos sobre as colecções e as publicações periódicas

Círculo do Humanismo Cristão⁷⁰

A primeira colecção da Moraes chamou-se apropriadamente Círculo do Humanismo Cristão, referenciando simultaneamente o catolicismo que caracterizava os seus membros e a sua simpatia pelas posição de Emmanuel Mounier.

A colecção surge no final dos anos 50. O final da década viu um candidato à presidência afirmar peremptoriamente a sua oposição a Salazar, proferindo as célebres palavras: «Obviamente demito-o»⁷¹. Politicamente Humberto Delgado causou um enorme impacto. Ao mesmo tempo, a nível da Igreja, o bispo do Porto dirige uma carta a Salazar, interpelando-o sobre o espaço de acção e liberdade da Igreja (a nível das paróquias). Estes dois momentos foram o apoio necessário para muitos agirem de acordo com a sociedade que consideravam justo. Por um lado, Humberto Delgado significava uma tentativa de provocar uma cisão com a forma de governo de Salazar, dando voz a milhares de cidadãos que reclamavam por maior liberdade. A carta do bispo do Porto demonstrou que a Igreja católica portuguesa não era uma voz única, isto é, havia vozes discordantes. O Bispo do Porto não era inflamatório nem subversivo na sua carta, pelo contrário procurava perceber que espaço havia para a Igreja (no seu poder local) prestar assistência e educação aos seus membros.

O primeiro volume da colecção: *Disparates do Mundo*, de G. K. Chesterton⁷². O autor é considerado conservador, desmontando assim uma possível associação da

⁷⁰ Análise de António Jorge Martins, AV, p. 45

⁷² Cf. Anexo 4.

editora a tendências mais radicais. Por outro lado, o humor não era habitual em assuntos relacionados com a Igreja católica.

Os temas da colecção procuravam pôr em prática as resoluções do Vaticano II. Os dois autores seguintes eram a expressão da base ideológica da colecção e também da editora: Emmanuel Mounier e Jean Lacroix, dois autores ligados ao humanismo cristão. Muitos títulos da colecção são sobre relações entre casais, temas como amor e sexo, mas fora do jugo estrito da Igreja católica portuguesa. Temas como amor e sexo eram encarados contemporaneamente, isto é, as questões colocadas não se restringiam à moralidade cristã. A vida sexual e ou amorosa das pessoas era enquadrada na contemporaneidade, mas sem abandonar o ponto de vista cristão (títulos de exemplo: *Aprender a amar*, *Envelhecer a Dois*, *Amor e Sacramento*, *Este Sacramento É Grande*, *A Temperatura: Guia da Mulher*⁷³).

Para provar que a editora não abdicava dos seus princípios cristãos, dedicou-se a publicar os textos fundadores. *Imitação de Cristo* foi um dos maiores sucessos comerciais da editora.

O segundo título da colecção foi *Pensamentos* de Pascal⁷⁴. As fraternidades de Charles de Foucauld⁷⁵ «desempenharam um papel importante na evolução da Igreja portuguesa». Dele a editora publicou as *Meditações sobre o Evangelho*.

A editora Moraes publicou autores católicos, o que serviu para apresentar perspectivas diferentes, mas dentro do universo católico. Teólogos e padres eram publicados com frequência no catálogo. O Concílio Vaticano II, organizado por João XXIII, serviu para expandir horizontes e legitimar perspectivas e teses de diversos teólogos e outros teóricos. Permitiu mesmo o surgimento de uma classe forte de teólogos: Yves Congar, Yves de Montcheuil, Maurice Nédoncelle, Max Thurian, Chenu M. D., Häring, Jean Daniélou, Gonzalez Ruiz

As decisões do Concílio do Vaticano II não foram bem recebidas em Portugal. Mas o Concílio permitiu ou legitimou a publicação, em 1969, *Dossier do Catecismo Holandês*, *A Igreja da Holanda contra Roma?* (Erwin Kleine), *Requiem pelo*

⁷³ Cf. Anexo 5.

⁷⁴ Cf. Anexo 8.

⁷⁵ http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20051113_de-foucauld_en.html

Constantinismo (González Ruiz). No entanto em Portugal, a predominância de uma Igreja antiquada ainda era muito forte. Exemplo disso é a recepção a Henri Fesquet, que escrevia no *Le Monde* sobre a revolução na Igreja de Roma. A editora publicou *Fioretti do Bom Papa* (1964). Fesquet é recebido em Portugal com panfletos procurando minar a importância do jornal francês e diminuindo a importância de padres «progressistas». A mentalidade portuguesa relativamente à Igreja era ainda dominada pelo «pensamento correcto». Na *Voz Portucalense* (1969), já havia alguns artigos mais revoltados, mas no geral tudo passava debaixo do jugo da Igreja portuguesa. Nos anos 60, a imprensa internacional começou também a ter consciência do que se passava nas colónias portuguesas. A pressão internacional começou a fazer-se ouvir e foi impossível continuar a esconder os factos de uma guerra que afectava os portugueses.

Em 1964, Alçada Baptista recebe uma carta do Cardeal Cerejeira (que já o tinha auxiliado em ocasiões anteriores), lamentando o estatuto que a editora vinha adquirindo e as obras que escolhia publicar, por não estarem mais de acordo com o «pensar e o desejo da Autoridade diocesana». Por isso, a editora perdeu o *Imprimatur*⁷⁶.

A utilização de uma colecção intitulada de «Humanismo Cristão» foi apelidada de hipocrisia pelo padre Videira Pires, num programa da Emissora Nacional (2 de Março de 1969): «a orientação de uma determinada editorial de pretenso humanismo cristão pela campanha de franca heterodoxia que andava a difundir no nosso meio».

Em 1969, por altura de uma reunião organizada pelo Prior do Entroncamento, Carlos Leonel, sobre «A rentabilidade evangélica do serviço do padre na Igreja de hoje», nasce a primeira equipa de difusão do «Direito à Informação». A partir da década de 70, surgem mais vozes discordantes no seio da Igreja portuguesa: em Moçambique, capelães militares tomam posições em conflito; os Padres Brancos demitiram-se em 1970; o padre inglês Hastings denunciava os massacres cometidos pelo exército português em Wiryamu.

⁷⁶ AV, p. 53.

Círculo de Poesia⁷⁷

Pedro Tamen começa a trabalhar para a editora Moraes em 1958, quando António Alçada Baptista o convida para o projecto. AAB convida por causa da sua experiência no *Jornal Encontro*.

Embora não tenha incluído poetas fundamentais («Eugénio de Andrade, David Mourão-Ferreira, Mário Cesariny de Vasconcelos e Herberto Helder»), a colecção Círculo de Poesia reuniu alguns dos mais novos poetas. Agora autores consagrados, quando a colecção começou estavam ainda no seu início.

Segundo Pedro Tamen, procuraram publicar quatro livros por ano na colecção. Entre 1965 e 1969, Pedro Tamen é recrutado para a guerra em Moçambique e, devido a mudanças de direcção, a colecção abranda um pouco, mas entre 1972 e 1974 foram publicadas 24 obras poéticas. Até 1975 (ano em que Pedro Tamen abandona a editora⁷⁸), a colecção integra 70 títulos (1.ª edição).

«Como se deduz do que já atrás explicitamente contei, António Alçada Baptista não foi apenas o inspirador do Círculo de Poesia, depois de ter sido seu exclusivo programador nos primeiros meses, passou a partilhar comigo, de um modo assíduo e atento, ainda que com algumas intermitências pelo meio, a responsabilidade das escolhas.»⁷⁹

Revista O Tempo e o Modo

Aparece em Janeiro de 1963⁸⁰. Segundo AAB, a revista serve principalmente como instrumento de diálogo e esclarecimento, demonstrando uma oposição que saía fora do comunismo. O subtítulo da publicação, «Revista de Pensamento e Acção», define o objectivo a que se propunham os seus autores.

⁷⁷ AV, p. 57.

⁷⁸ AV, p. 61.

⁷⁹ AV, p. 61.

⁸⁰ AV, p. 34.

A inspiração clara da revista *O Tempo e o Modo* foi a revista francesa *Esprit*, fundada em 1932⁸¹. Constituída por um núcleo de cristãos humanistas, a revista francesa beneficiou de uma mentalidade mais aberta e da falta de um órgão de censura da imprensa, permitindo-lhe existir ainda hoje. A revista *O Tempo e o Modo* tornou-se mais uma fonte de prejuízo para editora, por não reunir assinantes e leitores suficientes em número para cobrir pelo menos os gastos. Tal como afirma António Alçada Baptista, numa situação política e social ao nível de Portugal, seria expectável que houvesse pelo menos 3 mil pessoas/leitores interessados nos temas abordados pela revista. Isso no entanto não se verificou, levando à opção de constituir a sociedade anónima.

António Alçada Baptista dirige a revista entre Janeiro de 1963 e Maio de 1969. Vasco Pulido Valente é subchefe da redacção entre Outubro de 1963 e 1967. Pedro Tamen é editor até 1972 e João Bénard da Costa é director até 1973. A partir desse ano a revista é entregue a Luís Matoso e toma uma direcção decididamente mais política. Os temas deixam de ser tão ecléticos, focando-se mais em assuntos económicos, a guerra do Vietname, a situação da China e o estado da política portuguesa (chegando mesmo a haver um guia para as eleições de 1974). Nuno de Bragança lançou a secção Noticiário Crítico, que continha notícias relevantes do mês em que se publicava o número, secção que caiu a partir dos anos 70, quando a revista muda de direcção. Alberto Vaz da Silva dirigiu a secção Artes e Letras entre 1963 e 1967. Em 1967, Helena Vaz da Silva substitui Vasco Pulido Valente na Redacção. Em 1968, são publicados dois cadernos. Um sobre o casamento e outro sobre Deus, dirigidos por Helena Vaz da Silva.

Colaboraram na revista com artigos autores como Vasco Pulido Valente, João Bénard da Costa, Jorge de Sena, Sophia de Mello Breyner, Vergílio Ferreira, Agustina Bessa-Luís, António Ramos Rosa, Ruy Belo, nomes que «não estavam valorizados de acordo com o seu talento»⁸². Além de servir como revista de oposição não-comunista, isto é, abordava temáticas polémicas, mas sem qualquer identificação com políticas e ideais comunistas, a revista foi um espaço em que escritores e poetas

⁸¹ AV, p. 73.

⁸² AV, p. 35.

pouco reconhecidos ainda puderam publicar ou divulgar alguns dos seus trabalhos. Para ela contribuíram também Mário Soares e Salgado Zenha (membros da Acção Socialista Portuguesa, que viria a dar origem em 1973 ao Partido Socialista). Os dois foram membros do Conselho Consultivo da revista. O título da revista tem origem no título da colecção com o mesmo nome da editora.

JBC comenta⁸³ que antes de iniciarem a publicação da revista foi discutido pelos elementos fundadores da editora Moraes a inclusão ou não de colaboradores não-crentes. A editora era claramente identificada com o grupo de católicos liderados por António Alçada Baptista, mas tomou-se a opção de incluir igualmente autores não-católicos. O primeiro Conselho Consultivo constituiu-se em 16 membros, mas este desaparece em 1964⁸⁴.

No final da década de 60, quando Marcello Caetano assume o poder, a editora Moraes encontra-se numa situação financeira preocupante e AAB decide entregar a direcção da revista aos redactores. A partir de 1966, assumem os custos da direcção João Bénard da Costa, Vasco Pulido Valente e António Alçada Baptista, pois muitos abandonaram o trabalho na revista ou foram presos, caso de Luís Salgado de Matos. A revista e a editora tornavam-se progressivamente financeiramente insustentáveis. «Em 1969, António Alçada [Baptista] deixou de a poder continuar a suportar.»⁸⁵

Para suportar a carga financeira da editora (e da revista), é formada uma sociedade anónima. A entrada de novos sócios que compraram as acções da editora levou a que a revista mudasse decisivamente de direcção, isto é, focava-se mais noutras tendências. Com o abandono progressivo de elementos fundadores na direcção da revista, a publicação vai perdendo algumas das suas secções, como Noticiário Crítico e Artes e Letras. Torna-se numa compilação de artigos vocacionados maioritariamente para a actualidade política internacional e nacional, destacando o caso da China e a guerra do Vietname frequentemente. No início da década de 1970, deixa de ter a colaboração frequente de autores portugueses

⁸³ AV, p. 69.

⁸⁴ AV, p. 70.

⁸⁵ AV, p. 72.

consagrados. Cada artigo deixa mesmo de ter o autor identificado, excepto no caso de traduções de autores estrangeiros.

A revista deixa de ter uma identidade própria, de liberdade de expressão de várias correntes ideológicas e intelectuais. Os novos directores são de tendência «maoísta» e a revista deixa de ser efectivamente um espaço de oposição não-comunista⁸⁶. Por esta altura, AAB escreve *Conversas com Marcello Caetano*. AAB estava convencido de que deveria haver uma liberalização progressiva da sociedade portuguesa e uma abertura das políticas do Estado. Com o agravar da situação da guerra, rapidamente se apercebeu de que a reacção seria extremada (isto é, um corte radical e definitivo) e não uma entrada progressiva e faseada num regime democrático. A mudança de direcção na revista *O Tempo e o Modo* expressa bem essa intenção. A intenção de renovar o regime era radical, ou seja, a oposição queria um corte definitivo com o regime do Estado Novo. Não havia espaço nem vontade de permitir uma transição pacífica. Os efeitos da chamada «primavera marcelista» foram pouco duradouros. A guerra nas colónias agravava-se, o que implicava o envio de mais tropas. A população portuguesa mostrava-se cada vez menos conformada com a situação política e com a guerra em África.

Revista Concilium

A revista *Concilium* original serviu de manifestação impressa das resoluções do Concílio do Vaticano II, organizado por Paulo VI, em 1963. A publicação era mensal (excepto Julho e Agosto) e cada edição era organizada por um director diferente e dedicada apenas a um tema. Em vários países a revista foi editada em editoras diferentes. Em Portugal, a Livraria Moraes aceitou esse encargo.

A edição da publicação ficou a cargo de Helena Vaz da Silva e foram associados como consultores fr. Bento Domingues, fr. Raimundo Duarte de Oliveira. A publicação «exigia» que cada tradução tivesse um teólogo do país associado às edições.

⁸⁶ AV, p. 36.

A revista tinha como público-alvo principal o Brasil, maioritariamente católico e mais populoso do que Portugal. A partir dos anos 70, a *Concilium* passou a ser publicada em língua portuguesa pela Editora Vozes.

Censura na revista

Outro problema enfrentado pela revista, além das dificuldades financeiras, foi a censura. Nas palavras de AAB, a censura revelava-se arbitrária. Parecia não haver um critério rigoroso e universal. Uma tradução de Shakespeare feita por Sophia de Mello Breyner foi cortada por incluir o nome Marcelo⁸⁷. Por exemplo, o número da revista sobre o casamento foi cortada; o número com o tema «Deus, o que é?» não foi impedido.

A publicação da revista *Concilium* também trouxe problemas. Helena Vaz da Silva encarregou-se da sua organização. Tinha artigos de conteúdo teológico. A revista *Concilium* era produto directo do Concílio Vaticano II, uma expressão prática da maior abertura da Igreja. A Moraes publicou a versão portuguesa. O Concílio Vaticano II permitiu uma maior expressão a teólogos e intelectuais e uma maior liberdade na circulação de ideias, isto é, permitia maior discussão.

Em Portugal, a revista não obteve autorização de nenhum bispo português, portanto o *imprimatur* foi obtido junto de bispo brasileiro, D. Aloísio Lorscheider. A revista passou a ter na ficha técnica como local de edição Recife, porque a autorização só podia ser obtida por um bispo do país da editora. Em Janeiro de 1965 inicia-se a sua publicação. AAB refere que a relação da editora com a Igreja sempre foi «insólita», reconhecendo como o mais acessível o Cardeal Cerejeira. D. Manuel dos Santos Rocha, bispo de Lisboa, chegou mesmo a recusar o *imprimatur* à editora, colocando-os em risco de não publicar sequer o Novo Testamento⁸⁸. Só o contacto com o Patriarca resolveu a situação.

⁸⁷ AV, p. 37.

⁸⁸ AV, p. 38.

Helena Vaz da Silva organizou ainda o grupo «Amigos do *Concilium*», com convidados como Hans Küng, Schillebeeckx, Leo Alting von Geusau⁸⁹. A revista *Concilium* durou apenas três anos em edição portuguesa com poucos assinantes (menos de mil), continuando depois a ser publicada em português no Brasil.

Um dos maiores apoios sentidos por AAB e pela editora Moraes foi por parte de intelectuais franceses, nomeadamente Jean-Marie Domenach e Pierre Emmanuel, ligados à revista *Esprit* e à Association Internationale pour la Liberté de la Culture. Jean-Marie Domenach fez circular um pedido de ajuda para a revista⁹⁰. Foi criada a Comissão Portuguesa para as Relações Culturais Europeias com o apoio da Association. O orçamento permitia apoiar por exemplo bolsas de estudo ou viagens e seminários. João Bénard da Costa secretariava a Comissão. Esta Comissão foi o melhor meio para vários intelectuais ou artistas portugueses tomarem contacto com outros centros culturais europeus. Tornou-se um ponto de contacto entre várias culturas, permitindo aceder a outros centros de cultura, participar em colóquios e seminários, colaborar com intelectuais de países sob ditaduras.

⁸⁹ AAB refere Leo von Geusau como «boémio de Deus» (p. 39). Em 1993, conheceu o irmão de Leo von Geusau em Bruxelas, no Centro Europeu de Fundações, representando a fundação holandesa, que o informou que Leo tinha-se estabelecido na Indonésia.

⁹⁰ AV, p. 40

Conclusão

O que falta saber sobre a editora Moraes

A história da editora Moraes é inserida no seu tempo e enquadrada pelos testemunhos de alguns dos seus membros fundadores e directores. São as suas figuras de proa que destacamos no trabalho de projecto, especificamente João Bénard da Costa e António Alçada Baptista. Os testemunhos que oferecem permitem perceber, do seu ponto de vista, o papel que a editora e o grupo de católicos progressistas foi desempenhando ao longo da existência da editora. As escolhas editoriais que definem a importância da Moraes são resultado da evolução dos seus membros directores, isto é, o catálogo da editora reflecte as suas preocupações e sua ideologia.

No entanto, a história da editora Moraes ainda não está completa. Directamente sobre a editora Moraes há pouco material disponível, limitando-se a a compilações de recolhas de testemunhos e memórias escritas por alguns dos membros fundadores. Há pontos ainda não investigados, que, quando investigados, poderão completar a compreensão que hoje temos da editora e do grupo que a dirigiu. Completar a história da editora ajudaria a compreender de forma mais aprofundada a evolução das suas escolhas. O que começa por se definir como um catálogo variado torna-se perto do final da década de 60 num catálogo acentuadamente político e social, desaparecendo progressivamente outro género de preocupações, nomeadamente temas católicos.

A face mais visível desta evolução é a revista *O Tempo e o Modo*. Perto do final da década de 60, o grupo de católicos progressistas que até esse período dominava a editora, torna-se mais ambíguo, levando mesmo a uma dissociação do grupo e a duas vertentes opostas. No seu início, a revista está dividida em várias secções, dedicadas às artes, política, temas sociais e alguns artigos de autores portugueses das mais diversas áreas (desde Helberto Helder a Manoel de Oliveira, por exemplo). Na segunda metade da década de 60, António Alçada Baptista já tinha abandonado a sua direcção e o conteúdo da revista torna-se marcadamente político.

Os temas focam-se mais em problemas contemporâneos internacionais e nacionais, influenciados por ideologias de esquerda. As políticas colonialistas portuguesas são um alvo permanente dos artigos das revistas. Traduzem-se mais artigos de revistas e jornais internacionais e os artigos da própria revista deixam de ser assinados, deixando de se destacar a variedade de autores que colaborava.

António Alçada Baptista afasta-se da revista por não concordar com a sua evolução. Em 1973, publica na editora *Conversas com Marcello Caetano*, em que o último defendia uma política de transição e reformas para modernizar a sociedade portuguesa. Alçada Baptista colocava-se assim do lado mais conservador do grupo de católicos da editora. João Bénard da Costa e Pedro Tamen mantêm-se na revista até 1973 e 1971, respectivamente. JBC, que se assumia como católico de esquerda aquando da fundação da editora, afasta-se da Igreja (enquanto instituição) desiludido com a actuação do Papa, mas não justifica a sua permanência na direcção da revista, isto é, já não se identificando com a instituição da Igreja católica, optava agora por uma perspectiva radical da política? Enquanto AAB se coloca do lado que defendia uma transição para um governo mais democrático dentro do sistema, JBC e Pedro Tamen ao manterem-se na revista parecem alinhar na defesa da necessidade de uma transição mais drástica, que não se limite a reformas. Ao perceber-se porque se mantêm os dois membros na revista até tão tarde, pode-se conceber formalmente a divisão que se verificou no grupo dos católicos progressistas. Os dois membros permanecem por afinidade com o projecto ou como forma de controlarem ainda a direcção da revista? Seriam os dois ainda elementos activos na escolhas editoriais da revista ou eram apenas membros honorários e uma forma de manter uma ligação com a imagem da editora Moraes? Quando se retiram da direcção e edição, fazem-no por discordar da direcção que a revista toma? Porque permaneceram então até tão tarde (quase até ao ano em que se dá a revolução do 25 de Abril)?

A evolução da revista *O Tempo e o Modo* não é apenas discernida no seu conteúdo político. Em 1968, o caderno *O Que é Deus?* coloca em questão o centro da religião da maioria dos membros da editora. Porque escolheram este tema naquele ano? Publicar numa revista associada a católicos uma questão desta

magnitude é quase colocar em causa a própria identidade da editora. Trata-se de uma editora que se vangloriava de ser católica e, no entanto, arrisca colocar na capa da sua revista esta pergunta. No seu catálogo, os temas católicos e religiosos são sempre ao nível do Homem face à instituição ou à religião. Pode tomar-se como um sinal de ruptura em 1968 o lançamento deste tema? O debate transcrito na revista junta católicos e não católicos, permitindo assim o ponto de vista de ateus e agnósticos. Pretendia a editora (como imagem pública dos seus membros) por em causa a própria essência da religião? A pergunta colocado no título da edição não é proibida ou intocável, porém o período em que se decide a sua publicação parece apontar para uma fase de transição da própria editora para uma linha editorial mais focado em preocupações políticas e sociais contemporâneas.

O estudo do catálogo pode também ser completado dissecando ao pormenor algumas das colecções mais importantes. O Círculo do Humanismo Cristão, como a primeira colecção a ser publicada, é uma curiosa afirmação da ideologia base da editora — o próprio título é uma definição precisa do grupo que funda a editora Moraes. Os títulos escolhidos são indicadores da importância que uma forma alternativa de ser católico tinha para os membros desta editora. Mais do que os temas que compõem a colecção, pesquisar os autores escolhidos pode ser a maior fonte de compreensão do percurso escolhido pela editora e da relevância que esta tinha no mundo editorial português. A opção recaiu sobretudo sobre autores de língua francesa e portuguesa. Pesquisar os autores escolhidos pode ser a forma mais clara de vir a definir concretamente a relevância da editora. Que tipo de autores privilegiava e, dentro da obra de cada um, que títulos eram escolhidos para publicação?

Além do trabalho de direcção que desempenhavam João Bénard da Costa, Pedro Tamen, António Alçada Baptista ou Helena Vaz da Silva, que determinaram de forma mais óbvia a editora, os mais frequentes colaboradores eram os tradutores. Que testemunho da vida editorial da Moraes podem oferecer? Tradutores como Isabel Tamen ou Ruth Delgado são regularmente solicitados. Que papel desempenhavam na editora os tradutores? Que critérios definiam a escolha dos tradutores para determinados livros? A investigação da influência dos tradutores

pode ajudar a compreender o que era privilegiado na publicação dos livros e como se escolhiam os títulos a ser publicados, isto é, que títulos tinham mais urgência, que títulos ou autores foram publicados para responder à realidade contemporânea e quais eram escolhidos para formar um catálogo de orientação mais católica. Os tradutores mais utilizados poderão trazer um contributo importante para perceber que tipo de planificação tinha o catálogo. Era antecipadamente definido? Que títulos foram abandonados ou que títulos foram publicados com mais urgência? Perceber que tipo de dinâmica influenciava o catálogo tornará a perspectiva que se tem sobre a publicação de certos títulos mais precisa, pois apesar de o catálogo ter disponíveis os títulos e como tal caracterizar a editora, saber a história que levou à publicação de títulos emblemáticos torna a análise do catálogo bem mais precisa e pormenorizada. Definir exactamente que tipo de orientação e planificação tinha o catálogo poderá servir também para entender que influencia tinham os membros da editora. Quem decidia mais frequentemente que títulos publicar? Como surgiam as ideias para as publicações a escolher?

O material disponível sobre a editora contém ainda alguns pontos pouco aprofundados. Para completar a história da editora e do círculo de membros que a fundou e nela trabalhou, torna-se necessário apreender o sentido das decisões editoriais tomadas e das movimentações dos seus membros. Os testemunhos recolhidos permitem caracterizar as motivações iniciais do grupo católico que funda a editora, bem como a escolha por trás dos primeiros títulos e da relevância atribuída a certos autores. Os membros que mais tarde se inserem no grupo através da revista *O Tempo e o Modo* poderiam esclarecer como se modificou a editora a partir da década de 60 e que relação mantinham os novos membros, comprometidos politicamente com ideologias de esquerda de tendência maoísta, com os membros fundadores e católicos da editora.

Questionar tradutores e editores que colaboraram na revista e editora esclareceria e aprofundaria a fase mais tardia da editora Moraes. O entusiasmo relatado por AAB e JBC é maioritariamente dedicado ao período de fundação da editora. Para se conseguir caracterizar a história completa da editora seria importante trazer à luz os testemunhos de membros que já não se encontravam

comprometidos com o grupo dos católicos progressistas. Os tradutores são o grupo de colaboradores mais consistente e, como tal, são testemunhas dos diversos períodos da editora, bem como da sua organização e modo de funcionar. O catálogo é a porta de entrada para a caracterização *a posteriore* da editora Moraes e como tal é a ferramenta mais duradoura para se perceber que papel desempenhou a Moraes naquele período de tempo.

Referências Bibliográficas

- Baptista, António Alçada, *A Pesca à Linha*, Lisboa, Presença 1998
- Tamen, Teresa (coord.), *A Aventura da Moraes*, Centro Nacional da Cultura 2006
- Rosas, Fernando, *O Estado Novo — Sétimo Volume*, História de Portugal (coordenação de José Mattoso), Editorial Estampa
- Costa, João Bénard da, *Nós, Os Vencidos do Catolicismo*, Tenacitas, Coimbra 2003
- Mateus, Maria Helena Mira e Martins, Guilherme D'Oliveira (coord.), *António Alçada Baptista : Tempo Afectuoso : Homenagem Ao Escritor E Amigo De Todos Nós*, Presença, Lisboa 2007
- Catálogo Março de 1974, Editorial O Século, 1974
- *O Tempo e o Modo: Revista de Pensamento e Acção: Antologia*, Ed. Fundação Calouste Gilbenkian 2003

Sites consultados⁹¹

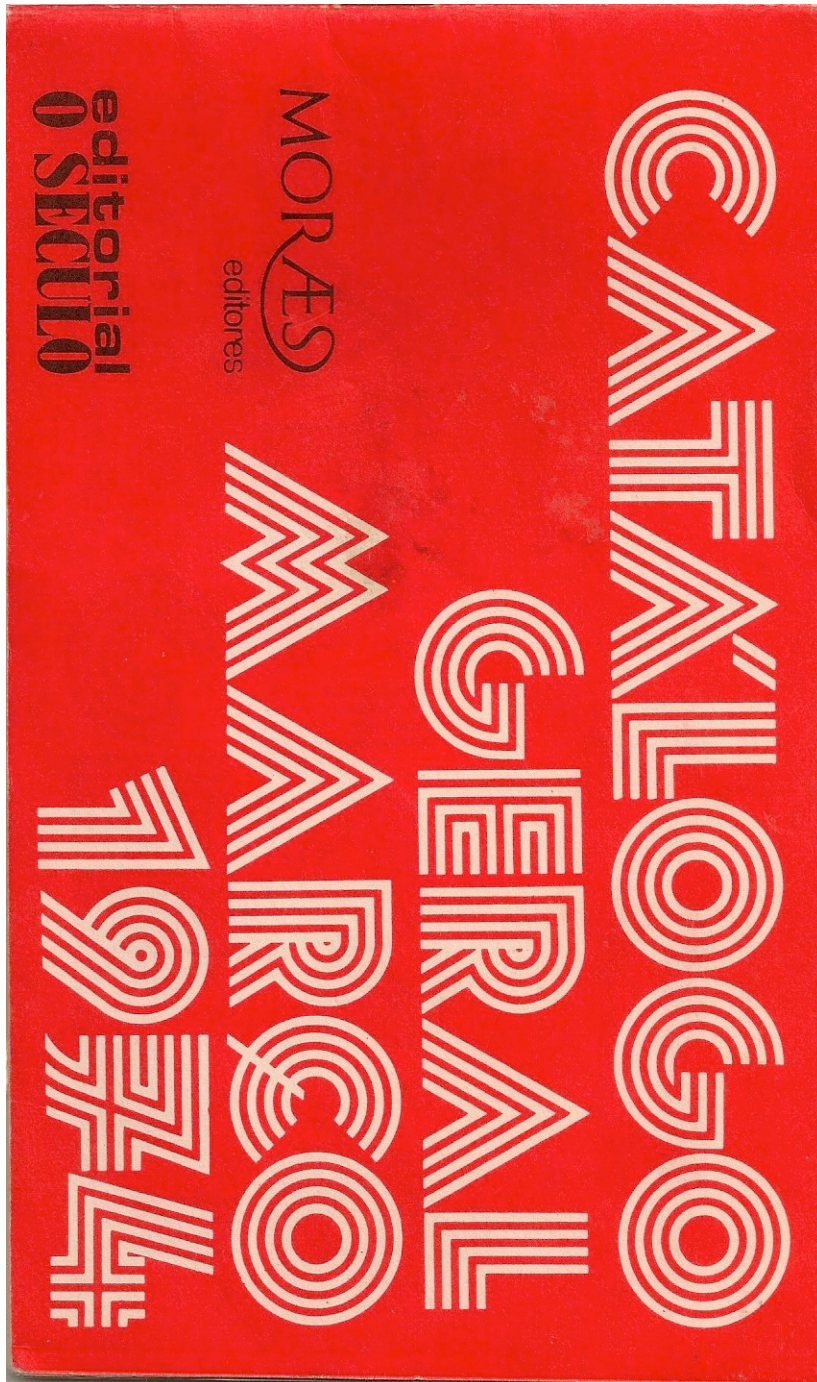
- <http://www.esprit.presse.fr/>
- http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index.htm
- <http://www.cjd.org/paper/roots/rmounier.html>
- http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20051113_d_e-foucauld_en.html
- <http://www.antonioalcadabaptista.org/>
- http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/biography/documents/hf_p-vi_bio_16071997_biography_en.html
- http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index.htm
- http://www.forumavarzim.org.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=108:igrejaestadoliberaldaqde&catid=38:preservar-a-memoria&Itemid=100015

⁹¹ Os sites foram consultados em mais de uma ocasião entre Maio de 2011 e Setembro de 2011.

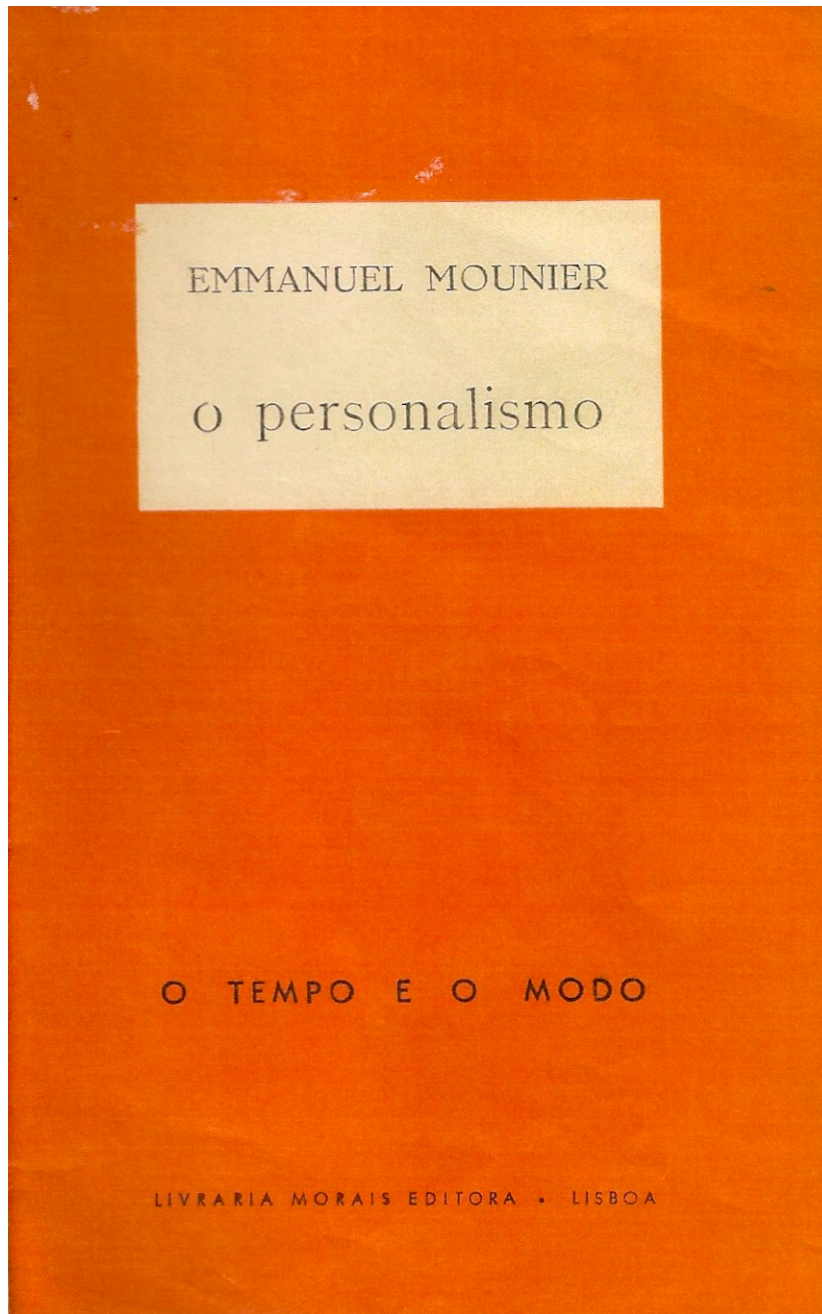
- <http://entreostextosdamemoria.blogspot.com/2007/07/carta-do-bispo-do-porto-salazar-1958.html>

Anexos

- Anexo 1** Capa do catálogo de Março de 1974
- Anexo 2** Capa de *O Personalismo*, de Emmanuel Mounier (Livraria Morais Editora)
- Anexo 3** Capa de *Catolicismo de Vanguarda*, de Jean-Marie Domenach e Robert de Montvalon (Livraria Morais Editora, 1965)
- Anexo 4** Capa de *Disparates do Mundo*, de G. K. Chesterton (Livraria Morais Editora, 1958)
- Anexo 5** Capa de *A Temperatura: Guia da Mulher*, de Sacha Geller (Livraria Morais Editora, 1963)
- Anexo 6** Capa de *Introdução ao Pensamento de Teilhard de Chardin*, de Claude Tresmontant (Livraria Morais Editora, 1961)
- Anexo 7** Capa de *Sodoma: Ensaio sobre a Homossexualidade*, de Marcel Eck (Moraes Editores, 1970)
- Anexo 8** Capa de *Pensamentos*, de Pascal (Livraria Morais Editora, 1959)
- Anexo 9** Fac-simile de informação da Direcção dos Serviços de Censura sobre António Alçada Baptista (1972).
- Anexo 10** Digitalização do catálogo da editora Moraes até Março de 1974 (CD).



Anexo 1 Capa do catálogo de Março de 1974



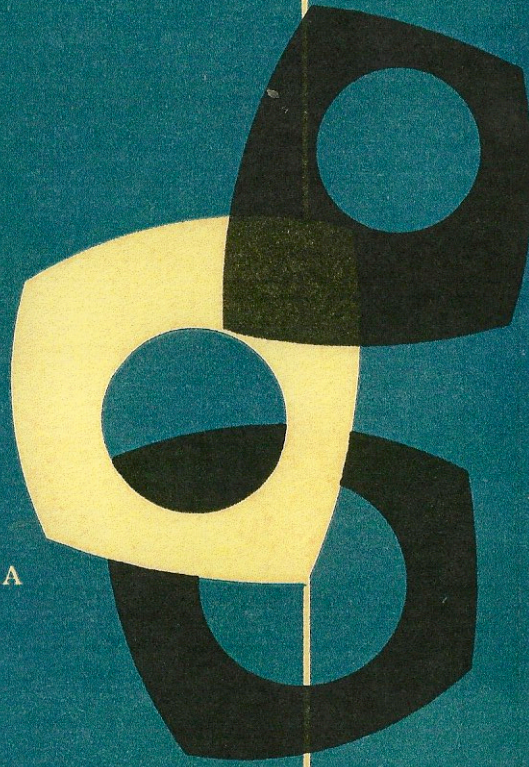
Anexo 2 Capa de *O Personalismo*, de Emmanuel Mounier (Livraria Morais Editora, 1960)

«TEMAS E PROBLEMAS»

JEAN-MARIE DOMENACH
ROBERT DE MONTVALON

*CATOLICISMO
DE
VANGUARDA*

LIVRARIA MORAIS EDITORA



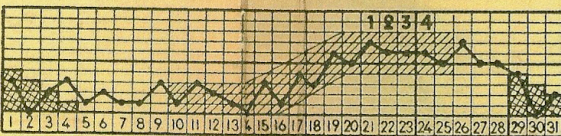
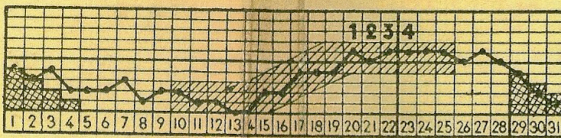
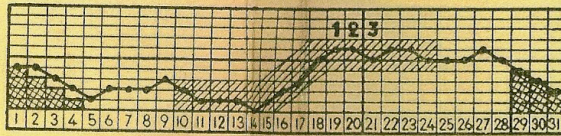
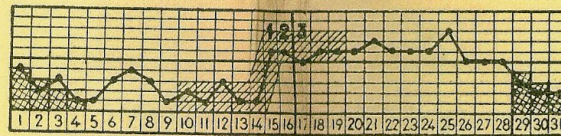
Anexo 3 Capa de *Catolicismo de Vanguarda*, de Jean-Marie Domenach e Robert de Montvalon (Livraria Moraes Editora, 1965)



Anexo 4 Capa de *Disparates do Mundo*, de G. K. Chesterton (Livraria Moraes Editora, 1958)

A TEMPERATURA.
GUIA DA MULHER

SACHA GELLER



a temperatura,
guia da mulher

B. N. L.
19799
S. A.

CÍRCULO DO HUMANISMO CRISTÃO
LIVRARIA MORAIS EDITORA

Anexo 5 Capa de *A Temperatura: Guia da Mulher*, de Sacha Geller (Livraria Moraes Editora, 1963)

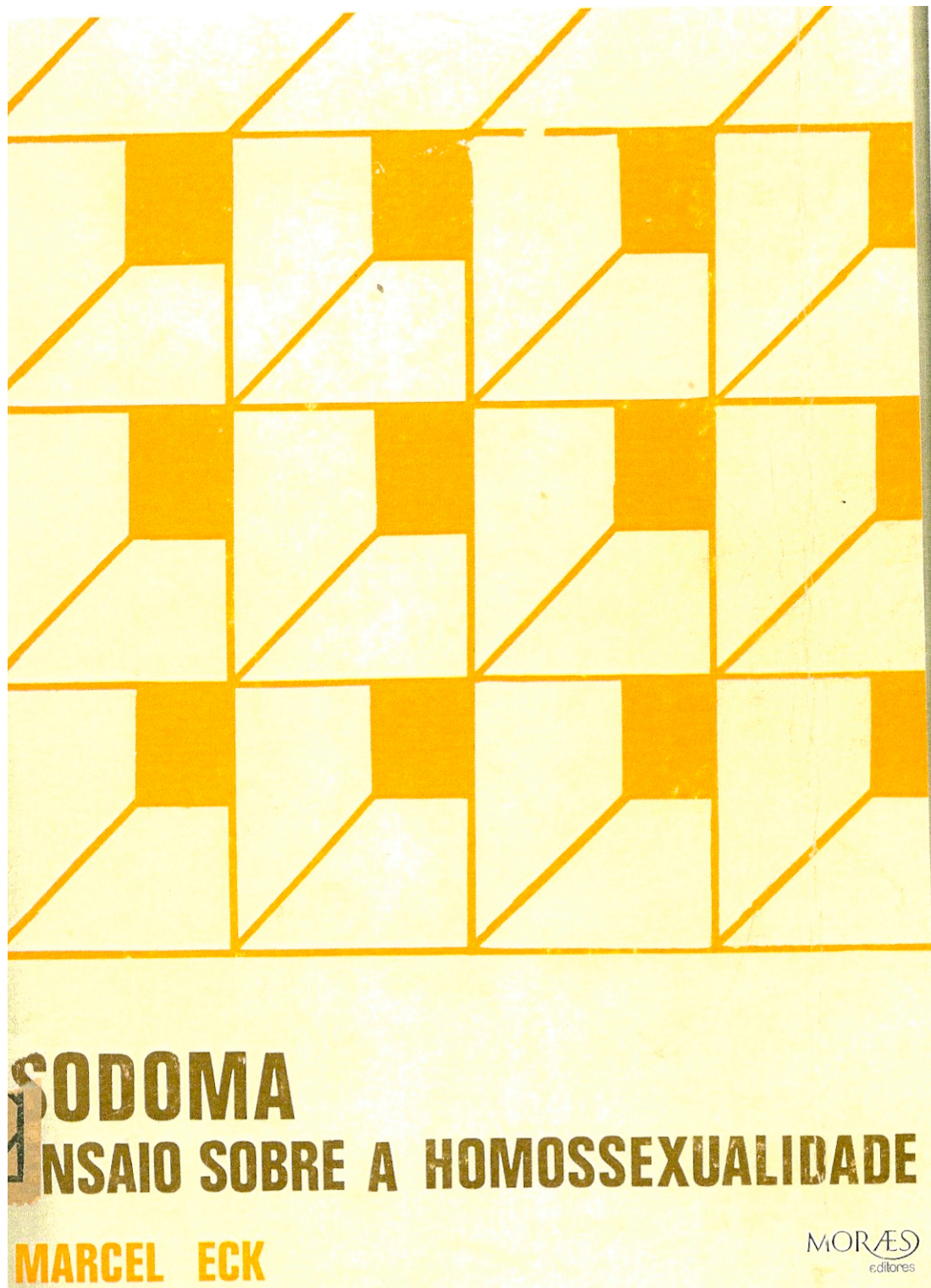
CLAUDE TRESMONTANT

i n t r o d u ç ã o
a o p e n s a m e n t o
d e T e i l h a r d
d e C h a r d i n

O T E M P O E O M O D O

LIVRARIA MORAIS EDITORA • LISBOA

Anexo 6 Capa de *Introdução ao Pensamento de Teilhard de Chardin*, de Claude Tresmontant (Livraria Morais Editora, 1961)



Anexo 7 Capa de *Sodoma: Ensaio sobre a Homossexualidade*, de Marcel Eck (Moraes Editores, 1970)

PASCAL

pensamentos

CÍRCULO DO HUMANISMO CRISTÃO
LIVRARIA MORAIS EDITORA

Anexo 8 Capa de *Pensamentos*, de Pascal (Livraria Moraes Editora, 1959)

a) Presidência do Conselho b) Direcção dos Serviços de Censura Fl.

Para efeitos de c) accionistas fundadores da empresa editorial denominada "L. MARIA MORAES EDITORES, S.A.R.L."

solicita-se informação, para os fins previstos no Decreto-Lei n.º 25.317, acerca dos indivíduos a seguir relacionados:

N.º de ordem	IDENTIFICAÇÃO COMPLETA	N.º do Boletim (d)	Informação (d)	Obs. (d)
	Nome <u>Dr. José Francisco da Costa de Sousa Macedo</u> Filho de <u>Luz da Costa de Sousa de Macedo</u> e de <u>Maria Alexandrina Abreu da Costa de Sousa Macedo</u> nascido em <u>Lisboa</u> Data <u>22 / 8 / 1934</u> Profissão <u>Advogado</u> Estado <u>casado</u> Residência <u>R. Pinheiro Chagas, 32-2º Lisboa</u>		DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA Nos registos desta Direcção Geral nada consta em seu desabono. Em, -6. JAN. 1972	
	Nome <u>Dr. Armando Gil Cardeira</u> Filho de <u>António Gil Cardeira</u> e de <u>Ana Gil</u> nascido em <u>Lisboa</u> Data <u>1 / 6 / 1919</u> Profissão <u>Economista</u> Estado <u>casado</u> Residência <u>Calçada do Rio, 36-1º C Algés</u>		DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA Nos registos desta Direcção Geral nada consta em seu desabono. Em, -6. JAN. 1972	
	Nome <u>Dr. António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada Baptista</u> Filho de <u>Luis Victor Tavares Baptista</u> e de <u>Maria da Natividade Alçada Baptista</u> nascido em <u>Covilhão</u> Data <u>22 / 1 / 1927</u> Profissão <u>Advogado</u> Estado <u>casado</u> Residência <u>R. de S. Marçal, 1-2º Dtº Lisboa</u>		NÃO OFERECE GARANTIA DE COOPERAR NA REALIZAÇÃO DOS FINES SUPERIORES DO ESTADO. -6. JAN. 1972	
	Nome <u>Dr. Carlos Manuel Caldeira de Carvalho Figueira</u> Filho de <u>José Ricardo Sobral de Carvalho Figueira</u> e de <u>Branca Maria Caldeira de Pina Machado de Carvalho Figueira</u> nascido em <u>Lisboa</u> Data <u>5 / 4 / 1933</u> Profissão <u>Coercedante</u> Estado <u>casado</u> Residência <u>Praça de Londres, 11-4º Dtº Lisboa</u>		DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA Não se vê inconveniente Em, -6. JAN. 1972	

MOD. 539

14595

c) Ministério ou Departamento. — b) Relatório ou Serviço. — c) Fim a que se destina a informação. — d) A preencher pela Polícia.

Anexo 9 António Alçada Baptista surge nesta investigação dos accionistas da editora Moraes como o único elemento que se recusa a colaborar com Serviço Nacional de Informações.